



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 60/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova a reformulação do Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente - Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.001199.2023-29 e as deliberações na 61ª reunião ordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reformulação do Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente - Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Welber Carlos Andrade da Silva, Presidente do Consup em exercício - SUB-CHEFIA001 - RE**, em 24/08/2023 16:38:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 69391

Código de Autenticação: abe3ef8809



CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM MEIO AMBIENTE, NA FORMA SUBSEQUENTE, NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

Plano de Curso

Aprovado pela Resolução nº ____/2023/CONSUP/IFAP de _____.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO OLIVEIRA DE ALMEIDA
REITORA

VITOR HUGO GOMES SALES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ROMARO ANTÔNIO SILVA
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

JOSÉ LEONILSON ABREU DA SILVA JÚNIOR
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO GRANDE

FABRICIO RIBEIRO RIBEIRO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO – PORTO GRANDE

ORIAN VASCONCELOS CARVALHO
COORDENADOR DE APOIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA
BRANCA DO AMAPARI

AGEANE LÍGIA ARANHA BRAGA
BRENNO MARLON OLIVEIRA DA SILVA
JACKLINNE MATTÁ CORREA
JOSÉ RENATO MARQUES BATISTA
NATÁLIA LOPES PICAÑO
ORIAN VASCONCELOS CARVALHO

Comissão local responsável pela atualização do PPC do Curso Técnico em Meio Ambiente (subsequente) do Centro de Referência Pedra Branca do Amapari - CRPBA.
PORTARIA N° 26/2023 - DIGERAL/PTG/IFAP, de 24 de abril de 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR	
CNPJ:	10 820 882/0001-95
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Nome Fantasia:	IFAP
Esfera Administrativa:	Federal
Endereço:	Rua Francisco Dutra, s/n - Bairro Central. CEP: 68.945-000
Cidade/UF/CEP:	Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari
E-mail de contato da coordenação:	coead.amapari@ifap.edu.br
Site:	www.ifap.edu.br

CURSO TÉCNICO	
Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança	
Denominação do Curso: Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente na Forma Subsequente, na Modalidade à Distância	
Habilitação: Técnico em Meio Ambiente	
Turno de Funcionamento: Noturno	
Números de Vagas: 30	
Modalidade: à distância	
Regime: Modular	
Integralização Curricular: 1 ano e 6 meses	
Total de Horas do Curso: 1.450 horas	
Horas de Aula: 1.200 horas	
Prática Profissional	Estágio e/ou Projeto: 200 h
	Atividades Complementares: 50 horas
	Total da Prática Profissional: 250 h
Coordenadora do Curso: Ageane Lígia Aranha Braga	
E-mail da coordenação: ageane.braga@gmail.com	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

SUMÁRIO

1	JUSTIFICATIVA.....	5
2	OBJETIVOS	9
2.1	Objetivo geral	9
2.2	Objetivos Específicos.....	9
3	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	10
4	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	10
5	ÁREA DE ATUAÇÃO.....	12
	Para a atuação como Técnico em Meio Ambiente, são fundamentais:	13
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
6.1	Forma de organização do curso	14
6.2	Metodologia.....	15
6.3	Matriz curricular do curso	18
6.4	Prática profissional	45
6.4.1	Estágio e/ou Projeto.....	45
	Metodologia de Desenvolvimento da Prática profissional através de Projeto.....	46
6.4.2	Atividades Complementares.....	49
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS	
	ANTERIORES	52
	Do Aproveitamento de Experiências Anteriores.....	53
8	CRITÉRIOS E APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO	54
8.1	RECUPERAÇÃO FINAL	55
9	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	56
	Estrutura Didático Pedagógica.....	56
	Laboratório.....	57
10	PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	58
11	CERTIFICADOS OU DIPLOMA	59
12	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICES	64



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

1 JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal, de acordo com a lei de sua criação, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino. Busca, desta forma, promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável em consonância com as características regionais e peculiaridades locais.

Inserido na região Amazônica, o Amapá localiza-se no extremo norte do Brasil, na faixa de fronteira da Amazônia Oriental. Limita-se internacionalmente com a Unidade Ultramarina francesa (Guina Francesa) e Suriname (PORTO, 2010). Na região norte da Amazônia, atualmente abriga o maior bloco contínuo de floresta protegido legalmente do planeta, com aproximadamente 20 milhões de hectares de áreas protegidas.

A dinâmica do ordenamento territorial influenciado pelas políticas de preservação do bioma amazônico defronta-se com os crescentes problemas da urbanização das cidades cercadas por áreas protegidas, instigando novas formas de pensar o papel dessas cidades na Amazônia. No caso do Estado do Amapá, que detém 56% do seu território em áreas protegidas, taxa de crescimento populacional e de concentração urbana possui os maiores índices entre as cidades da Amazônia, sofre pela ausência de políticas públicas que não conseguem atender às demandas da população por serviços básicos. (TOSTES e FERREIRA, 2017, CHAGAS, 2015).

Dentre os 16 municípios pertencentes ao Estado do Amapá, o IFAP faz-se presente no município de Pedra Branca do Amapari, que foi criado em 1º de maio de 1992 e tem suas origens ligadas à exploração de ouro pelos Samracás, uma tribo primitiva da Guiana Francesa. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Pedra Branca do Amapari, pela Lei Estadual N.º 08, de 01/05/1992 (IBGE, 2010).

O Município de Pedra Branca do Amapari (Mapa 1), que integra a mesorregião Sul do Amapá, incluso na microrregião Macapá¹, localiza-se na parte centro-oeste do Estado do Amapá, a uma distância de 180 km da capital, conectado através da BR – 210 (Perimetral Norte). O território ocupa uma área de 9.495 km², e limita-se com os seguintes municípios:

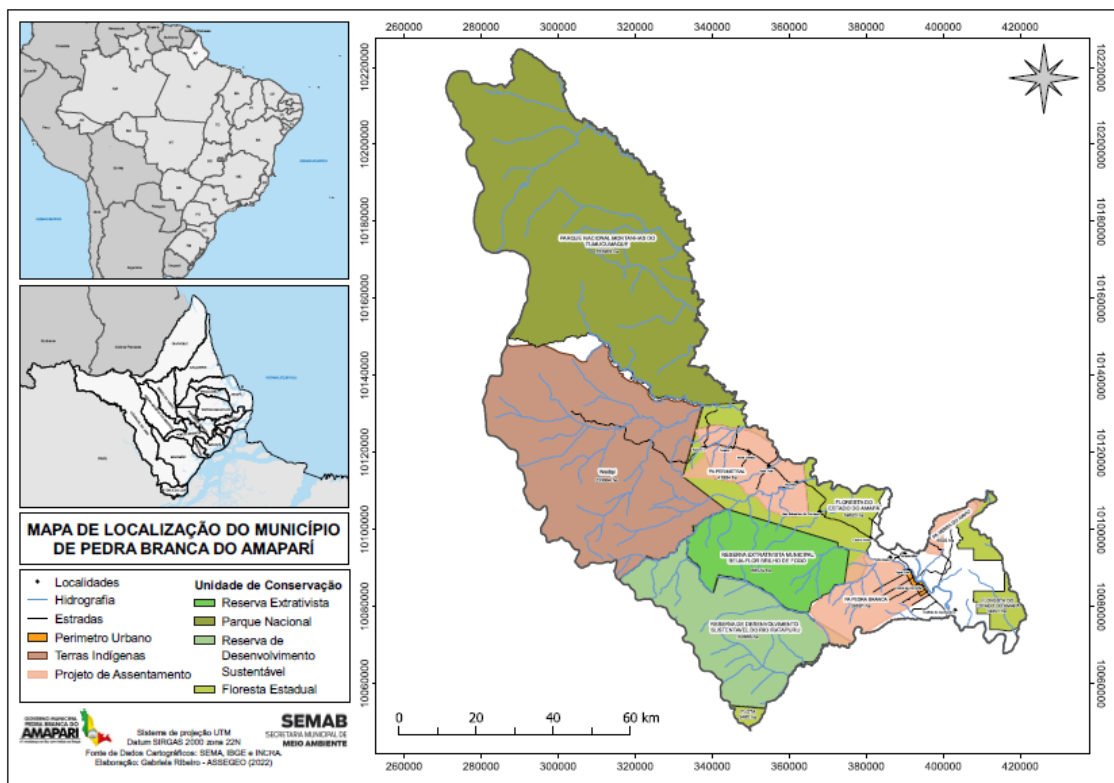
¹Microrregião Macapá é uma subdivisão administrativa, da Mesorregião Sul do Amapá, proposto pelo IBGE, composta pelos municípios: Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra do Navio (IBGE, 1990).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Oiapoque, ao norte; Mazagão, ao sul; Laranjal do Jarí, a oeste e Porto Grande, Serra do Navio, ao leste. Ao norte, delimitam também com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a oeste com a Terra Indígena Waiãpi, estes dois últimos, com terras dentro do município.

Mapa 1 - Localização do Município Pedra Branca do Amapari e seus limites.



Fonte: Acervo da Secretária de Meio Ambiente de Pedra Branca do Amapari - SEMAB(2023)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é considerada uma cidade de pequeno porte, apresenta uma população estimada, em 2021, de 17.625 habitantes, concentrada na sede do Município, e densidade demográfica 1,13 hab/km² (IBGE, 2010; 2021). O desenvolvimento de Pedra Branca do Amapari esteve ligado à história de garimpagem no rio Cupixi e à ferrovia Santana/Serra. Outros aspectos ligados ao crescimento desse município situam-se na expansão de suas fronteiras agropecuárias e na própria ampliação da exploração mineral, destacando-se o papel da Perimetral Norte, eixo de dinamização do município (GONCALVEZ, 2009; JUAREZ, 2015)

No que tange à composição territorial municipal é fortemente influenciado pela presença de diversas áreas ambientalmente protegida, composta por Unidades de Conservação (UC), Terras Indígenas (TI) e Assentamentos Rurais, conforme apresentado no Mapa 1. Estão localizadas no município as seguintes Ucs: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Floresta Estadual do Amapá, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Reserva Extrativista (IEPA, 2007). Sobre essa característica, Tostes (2012) aponta que não se conhece atividade turística significativa, apesar de o município possuir um território cheio de riquezas naturais e belezas cênicas que permanecem ainda como recursos potenciais para o turismo.

Neste contexto, emerge a necessidade de formar profissionais capacitados para atuar nos segmentos que caracterizam o rol de atividades do município de Pedra Branca do Amapari, que vislumbrem o contexto ambiental, considerando a importância de atender demandas que irão contribuir para o desenvolvimento local, a conservação e preservação do meio ambiente. Este processo apresenta uma importância singular, tendo em vista o aumento do número de profissionais que irão surgir para atuar neste meio.

Face as essas circunstâncias, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como instituição que se preocupa com a formação de profissionais que respondam aos desafios de novos tempos e atendam às demandas da região, oferece o Curso Técnico em Meio Ambiente, modalidade subsequente, onde esse profissional poderá atuar em Instituições públicas e privadas, além do terceiro setor; Estações de tratamento de resíduos; Unidades de conservação ambiental; entre outras demandas que se façam presentes.

A história do Instituto Federal do Amapá (Ifap) começa em 25 de outubro de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1066 atribui ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a Etfap. Para tomar à frente das articulações locais e viabilizar a implantação da então Escola Técnica Federal do Amapá, a Portaria MEC nº 1199, de 12 de dezembro de 2007, nomeia o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral ***Pró-Tempore***.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transforma a Etfap em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) – autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. Dando continuidade ao processo de implantação, o professor Emanuel Alves de Moura é nomeado reitor ***Pró-Tempore***, pela Portaria MEC 021/2009, de 07 de janeiro de 2009.

Além da Reitoria, o Instituto Federal do Amapá é constituído pelos ***campi*** Macapá, Laranjal do Jari, Santana e Porto Grande estrategicamente localizados para contribuir com o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

desenvolvimento do Estado. Macapá, a capital, possui cerca de 366.484 habitantes, 75% da demografia do Estado.

Como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, a partir de 2010, seguindo a política de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Ifap passa a ofertar gradativamente cursos nos diferentes níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico, com o compromisso de viabilizar o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

O Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, na forma subsequente, e na modalidade à distância, do Centro de Referência em de Pedra Branca do Amapari (CRPBA), teve sua criação aprovada com a Resolução nº 28 *ad Referendum*, de 1º de julho de 2016, posteriormente, homologada pela Resolução nº 58/2016/CONSUP/IFAP, de 21 de novembro de 2016. O seu PPC foi aprovado com a Resolução nº 32/2017/CONSUP/IFAP, de 11 de maio de 2017.

O Curso Técnico em Meio Ambiente vem sendo ofertado desde 2016 e integra o perfil e o eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança do CRPBA, juntamente com Curso Técnico em Controle Ambiental, alguns Cursos de Formação Inicial e Continuada e atividades que reforçam essas características do Centro.

Conforme o PDI 2014-2018, do IFAP, a oferta de vagas para o Curso Técnico em Meio Ambiente, ocorreu em: 2016.2 (80 vagas); 2017.2 (40 vagas); e 2018.2 (40 vagas).

No PDI 2019-2023, do IFAP, a oferta ocorre somente em 2021.1 (40 vagas) e 2023.2 (40 vagas). Logo, a proposta de reformulação do PPC alinha-se à oferta de cursos prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, do IFAP, e na necessidade de ajustes, considerando o aperfeiçoamento de questões metodológicas, tecnológicas, sociais e curriculares, para afirmar a construção coletiva, o valor e o significado para cada sujeito e para a comunidade educacional.

A reorganização curricular consiste na inserção de novos componentes curriculares – Educação Ambiental, Ecoturismo, Unidades de Conservação e Cooperativismo e Associativismo – e na aglutinação de outros, que resultaram em novas nomenclaturas e novas bases científicas e tecnológicas: Planejamento ambiental urbano, Ética e responsabilidade socioambiental e Avaliação de impacto ambiental. Essas proposições procedem das mudanças no cenário da gestão ambiental do município, em especial, ocorrida no ano de 2017, com a instituição de novos órgãos e instrumentos, tais como a Criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pedra Branca do Amapari –SEMAB, por meio da Lei



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
Municipal nº 453/2017, Conselho Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 466/2017) e Fundo Especial de Meio Ambiente de Pedra Branca do Amapari –FERMAP (Lei nº 458/2017).

Os novos Componentes Curriculares Educação Ambiental, Ecoturismo e Unidades de Conservação respondem às peculiaridades do território, visando a compreensão e divulgação da importância da biodiversidade e forma de utilização de modo sustentável na busca de impactos sociais e econômicos positivos à sociedade. Já os componentes Avaliação de Impactos e Planejamento Ambiental Urbano estão orientados para o entendimento das análises das intervenções decorrentes dos empreendimentos econômicos existentes e futuras instalações no município afim de minimizar possíveis impactos adversos de diferentes escalas espaciais, sociais, culturais, ambientais e econômicos, bem como complementam as habilidades e competências do futuro profissional sobre as questões de licenciamento ambiental urbano e seus respectivos estudos ambientais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Formar profissional de nível técnico, na forma subsequente, com capacidade para atuar na organização de programas ambientais, conservação e preservação dos recursos naturais, na redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, identificando processos de degradação e propondo medidas visando a minimização dos impactos ambientais com vistas à sustentabilidade ambiental.

2.2 Objetivos Específicos

- Ter visão sistêmica do meio ambiente, saúde e segurança, que atua de forma autônoma e inovadora, acompanhando a evolução da profissão.
- Aplicar e respeitar as normas de proteção e de prevenção do meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.
- Ter habilidades de comunicação e de trabalho em equipe multidisciplinar, atuando em ambientes naturais, urbanos e rurais, nas esferas pública, privada ou organizações não governamentais.
- Agir com ética profissional, sustentabilidade, flexibilidade, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber ser, do saber saber e do saber conviver.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

- Atuar em atividades ligadas às questões ambientais, possuindo uma formação que estimula o desempenho de ações que visam à preservação do meio ambiente, respeitando a cultura e a história local.
- Saber fazer uso racional dos recursos naturais; executar planos de ação e manejo destes recursos de forma crítica, criativa e sustentável.
- Estabelecer controle e tratamento dos resíduos poluentes gerados pelas atividades humanas, contribuindo para o desenvolvimento de projetos e ações que visam diminuir as desigualdades sociais, através da educação e da inserção das comunidades nas atividades produtivas sustentadas.

3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, na forma subsequente, na modalidade à distância, será realizado mediante processo seletivo aberto ao público (exame de seleção), de caráter classificatório e/ou eliminatório ou por chamada pública de acordo com edital vigente aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino, para acesso ao primeiro módulo do curso, para estudantes que detenham o certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Instituto Federal de educação, Ciência e tecnologia do Amapá, privilegia a formação de profissionais que:

- tenham competência técnica e tecnológica para identificar e compreender os problemas ambientais, tomar decisões e propor soluções sustentáveis, aptos a intervir no sentido de minimizar situações de risco ambiental observados;
- sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho atuando com princípios éticos e comprometido com o desenvolvimento regional sustentável;
- tenham formação humanística e de cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica;
- saibam atuar de maneira dinâmica, interagindo e aprimorando continuamente os conhecimentos ligados à sua área de atuação;
- sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos auxiliando na aplicação e fiscalização da legislação ambiental;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

- sejam profissionais participativos e atuantes na avaliação de modelos de gestão ambiental, elaborando e acompanhando a implementação de projetos de ambiência e de educação ambiental;
- Sejam habilitados para:
 - ✓ Coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais.
 - ✓ Auxiliar na elaboração, na análise de projetos, nos relatórios e estudos ambientais.
 - ✓ Propor medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados.
 - ✓ Executar sistemas de gestão ambiental.
 - ✓ Organizar programas de educação ambiental com base no monitoramento, na correção e prevenção das atividades antrópicas, na conservação dos recursos naturais através de análises preventivas.
 - ✓ Organizar redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos.
 - ✓ Identificar os padrões de produção e consumo de energia.
 - ✓ Realizar levantamentos ambientais.
 - ✓ Operar sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos.
 - ✓ Relacionar os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente.
 - ✓ Realizar e coordenar o sistema de coleta seletiva.
 - ✓ Executar plano de ação e manejo de recursos naturais.
 - ✓ Elaborar relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de um processo, indicando as consequências de modificações.
 - ✓ Realizar ações de saúde ambiental nos territórios.
 - ✓ Desenvolver tecnologias sociais ambientais.
 - ✓ Promover ações de manejo ambiental.
 - ✓ Avaliar e monitorar sistema de tratamento e abastecimento de água, bem como de esgotamento sanitário.
 - ✓ Monitorar os indicadores de qualidade do ar atmosférico.
 - ✓ Executar ações de controle e manejo da poluição.
 - ✓ Realizar vistoria ambiental e sanitária.
 - ✓ Realizar monitoramento ambiental.
 - ✓ Elaborar diagnóstico das condições socioambientais, econômicas e culturais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

- ✓ Identificar e intervir nos problemas de saúde relacionados aos fatores de riscos ambientais do território com o propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.
- ✓ Conhecer e utilizar sistemas de informação geográficas para uso em atividades de geoprocessamento no trabalho ambiental.
- ✓ Integrar ações da saúde do trabalhador com saúde ambiental.
- ✓ Conhecer e integrar o sistema de saneamento ambiental bem como sua relação com a saúde pública.
- ✓ Auditar sistemas de gestão ambiental.
- ✓ Atuar nas áreas de educação, proteção e recuperação ambientais.

5 ÁREA DE ATUAÇÃO

Locais e ambientes de trabalho:

- Aterros sanitários;
- Autarquias e órgãos públicos;
- Cooperativas e associações;
- Empreendimento próprio;
- Empresas de licenciamento ambiental;
- Empresas prestadoras de serviços;
- Estações de monitoramento e tratamento de efluentes (líquidos e gasosos) e resíduos sólidos;
- Estações de tratamento de água, esgoto sanitário, efluentes industriais e resíduos;
- Indústrias e demais unidades de produção;
- Instituições de assistência técnica, pesquisa e extensão rural;
- Organizações não governamentais (ONGs) ambientais;
- Profissional autônomo;
- Unidades de conservação ambiental;
- Unidades de manejo de recursos hídricos e de resíduos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
Para a atuação como Técnico em Meio Ambiente, são fundamentais:

- Conhecimentos das políticas públicas de Meio Ambiente e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).
- Conhecimentos das políticas públicas de saúde e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Conhecimentos e saberes relacionados a processos de sustentabilidade, territorialização e monitoramento ambiental.
- Organização, responsabilidade, resolução de situações-problema, gestão de conflitos, trabalho em equipe de forma colaborativa, comunicação e ética profissional.
- Atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da educação continuada.
- Visão abrangente e integrada dos tópicos ambientais (água, ar, solo, fauna e flora) e sua dinâmica.
- Orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.
- Atuar em equipes de gerenciamento ambiental de órgãos públicos e privados.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente EaD, foi organizado de modo a possibilitar uma formação geral e a formação profissional, capacitando o estudante para a inserção no mundo do trabalho de forma criativa e empreendedora, permitindo ao egresso uma atuação transformadora no desenvolvimento da sociedade. Assim, o currículo do Curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da educação profissional de nível técnico e no Decreto nº 5.154/04, bem como a Resolução nº 07/2014/CONSUP/IFAP, reformulada por meio da Resolução nº 100/2020/CONSUP/IFAP, que aprova a Instrução Normativa nº 01/2020/CONSUP/IFAP para elaboração e atualização dos Planos de Cursos Presenciais e a Distância do IFAP e a Resolução Nº 015/2014/CONSUP/IFAP, de 02 de Maio de 2014, que Aprova a Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível médio na Forma Subsequente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.



6.1 Forma de organização do curso

A organização do curso está estruturada em regime modular/semestral com uma Matriz Curricular integralizada por componentes curriculares e divididos em três períodos letivos. O primeiro período do curso compreende as disciplinas de Informática com Ambientação em EAD, Português Instrumental, Estatística Ambiental, Metodologia do Trabalho Científico, que subsidiam a formação geral. A formação técnica dos estudantes inicia com os componentes de Educação Ambiental, Introdução ao estudo do meio ambiente e Ecologia dos ecossistemas. Os dois períodos seguintes se constituem de componentes da formação técnica, Direito Ambiental e Ética.

Cada módulo possui o mínimo de 100 (cem) dias efetivos de trabalhos escolares organizado da seguinte forma: no 1º período a carga horária total é de 440 horas/aula, sendo 88 horas/aula de atividades presenciais e 352 horas/aula à distância; os 2º e 3º períodos tem, cada um, carga horária de 380 horas/aula, e destas 76 horas/aula de atividades presenciais e 304 horas/aula à distância. Deste modo o Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente se estrutura com uma carga horária total de formação profissional de 1200 horas/aula, que somadas às 250 horas de prática profissional, resultam em 1450 horas de carga horária total de curso. Importante destacar que a hora/aula aqui descrita equivale a 60 minutos.

O curso terá uma forma de organização semestral, em que os componentes curriculares serão desenvolvidos por módulos. Os estudantes terão 20% da carga horária total de cada componente em encontros presenciais com o professor, dentre os quais fará uma avaliação (presencial). A recuperação será realizada de forma presencial, em 4 (quatro) aulas, das quais 2 (duas) aulas serão destinadas para revisão dos conteúdos e 2 (duas) aulas para aplicação de um instrumento avaliativo, na forma do art, 21 da Resolução nº 53/2019-CONSUP/IFAP. As 4 (quatro) aulas destinadas à recuperação não computarão entre os 20% da carga horária presencial. Os encontros presenciais serão acompanhados pela coordenação pedagógica do CRPBA.

Os estudos a distância ocorrerão por intermédio do contato dos estudantes com os professores e materiais de apoio didático postados pelo professor no Ambiente de Aprendizagem (Plataforma AVA.EAD), bem como a realização das atividades avaliativas.



6.2 Metodologia

O processo de ensino-aprendizagem constitui-se da construção do conhecimento no qual o professor e o estudante são agentes participantes na tentativa de compreender, refletir e agir sobre os conhecimentos. Neste sentido, os professores nas aulas a distância e nos encontros presenciais incentivam uma construção do conhecimento através de aulas dialogadas, do material didático, da pesquisa, das experiências e atividades de aprendizagem, estimulando o estudante a participar de eventos científicos como seminários, mesas redondas, colóquios, fóruns, entendendo-se que estas atividades permitem uma maior aproximação dos estudantes em relação aos projetos de pesquisa que estes podem vir a realizar no decorrer do curso.

Durante o processo de ensino-aprendizagem os conteúdos serão trabalhados de forma interdisciplinar, buscando um aprendizado mais significativo onde o estudante irá adquirir capacidade de relacionar a teoria e a prática dentro de um universo de conhecimento, experiência e situações profissionais. Seu desenvolvimento técnico-científico é enriquecido por questionamentos e soluções inovadoras, aplicadas às situações práticas ligadas a sua vida profissional.

As situações de aprendizagem previstas no decorrer do curso têm como eixo integrador a relação entre componentes curriculares que consideram o atendimento das demandas, estimulando a participação ativa dos estudantes na busca de soluções para os desafios encontrados. Estudos de caso, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas, órgãos e especialistas da área, visitas técnicas, trabalho de campo, constituem o rol de atividades a serem trabalhados no desenvolvimento dos conteúdos previstos.

Na atual sociedade, estamos aprendendo a conhecer, a comunicar, ensinar, integrando o ser humano e a tecnologia. É importante aprender por todos os canais possíveis, a experiência, a imagem, o som e integrar o singular ao plural, falando de algo que conhecemos e vivenciamos e que contribua para que todos avancem no grau de compreensão do que existe. Necessitamos de pessoas agindo com autonomia na sociedade e que modifiquem as estruturas arcaicas e autoritárias existentes.

Segundo Almouloud (1997), o uso do computador permite: individualizar o estudo de comportamento dos sujeitos; tornar os estudantes autônomos na gestão de sua aprendizagem; tratar em tempo real uma parte da avaliação; integrar numerosas informações multidimensionais e ainda diminuir o efeito emocional da avaliação.

Aliado ao computador, destaca-se a indiscutível importância da internet como



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amaparí

ferramenta singular na disseminação de ideias, características que rompem com os paradigmas educacionais, em que não cabem mais arbitrariedades de opiniões, linearidade de pensamento, um único caminho a ser trilhado.

A EaD é uma modalidade de ensino em que o estudante busca na interação compreender os conteúdos. É um sistema de ensino e de aprendizagem no qual há um aporte técnico-metodológico em função da aprendizagem qualitativa desse indivíduo. Há todo um fazer pedagógico que atende as especificidades do estudante EaD objetivando a sua efetiva aprendizagem.

Nesta modalidade a educação pode ocorrer de forma assíncrona² e síncrona³, quando o docente e os estudantes encontram-se separados em alguns momentos temporal e/ou fisicamente. Assim, é necessário que ocorra a utilização de ferramentas tecnológicas que ofereçam ao estudante o suporte de que ele necessita para aprender neste novo modelo didático-pedagógico.

Diante do exposto, a metodologia de trabalho do IFAP está embasada no conceito de conhecimento dialético, ou seja, tem-se a concepção de que o conhecimento parte do particular para o geral, de uma prática social contextualizada para uma prática social reelaborada, passando da tese para a antítese e chegando-se a síntese, sendo este movimento sempre refeito, considerando o estudante como um sujeito ativo na apropriação do conhecimento. Já dizia Paulo Freire (2005), que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que ele ocorra. Sendo o conteúdo, (re)construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo.

Na EaD do IFAP, contamos com ferramentas de acesso à comunicação e informação, e, de recursos didáticos disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)⁴, são eles: forum, chat, mural, mensagem, materiais para downloads, aulas e vídeos, ampliação do conhecimento com links para acesso e avaliação.

² Assíncrono: Comunicação que não ocorre no mesmo instante, como, por exemplo, no caso de troca de e-mails, fóruns etc. (MATTAR, 2011). Aqui temos a categoria mais tradicional do ensino à distância, em que os alunos precisam realizar o auto-estudo. Com a metodologia assíncrona, o conteúdo é adquirido com leitura e consulta a materiais sem a intervenção em tempo real, de um professor ou de outro mediador.

³ Síncrono: Atividades que pressupõem duas ou mais pessoas conectadas ao mesmo tempo, para interagir (MATTAR, 2011). Esse tipo de ensino tem a interação em tempo real de um professor ou tutor com os cursistas. Os alunos assistem às aulas via satélite ou então por videoconferência[BP] ou comunicam-se por meio de chat. Com esse método o ensino à distância fica menos “distante”, mas o custo pode subir.

⁴ Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É um sistema de software livre, com uma licença com código fonte de programa disponível, utilizado em EaD para a disponibilização de conteúdo, realização de atividades, avaliações e interação entre alunos e professores. Em inglês a sigla mais comum é LMS – Learning Management System (MATTAR, 2011; BARBOSA; MENDES, 2010).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

As aulas são ministradas por professores especialistas com amplo conhecimento teórico e prático, com o objetivo de conduzir e orientar os estudantes nesse processo de aprendizagem. Os professores conferencistas utilizam slides e materiais de apoio didático previamente disponibilizados no AVA. Há ainda o recurso do livro didático que, além de impresso, pode ser baixado em PDF no espaço virtual citado.

Para o desenvolvimento do curso alguns procedimentos metodológicos foram incluídos visando à melhoria da formação e da aprendizagem dos estudantes como a Formação Inicial em Educação à Distância, que é ofertada nas primeiras aulas, onde os estudantes participam de orientação para realização do curso, enfatizando os procedimentos necessários ao uso das ferramentas e encaminhamentos para formação na modalidade à distância.

As principais recomendações feitas aos estudantes dizem respeito à formação da capacidade de desenvolver sua autonomia intelectual a fim de que o mesmo possa atingir os objetivos de aprendizagem propostos no curso. Essas recomendações incluem: assistir e participar das aulas com formulação de perguntas ao professor, leitura dos livros referentes a cada aula, recorrer ao apoio e orientação junto aos professores, realização das atividades solicitadas como a Atividade Autoinstrutiva e Atividade Supervisionada, de acordo com as solicitações e orientações disponíveis no AVA. No polo presencial, devem ainda acontecer a formação de grupos de estudos para ampliar a apropriação dos conceitos discutidos em aula.

A proposta do Curso Técnico em Meio Ambiente envolverá três níveis. No primeiro nível o acompanhamento do processo de aprendizagem far-se-á nos encontros presenciais, em que o docente irá verificar:

- Se os estudantes estão compreendendo os conteúdos propostos nas unidades didáticas e os graus de dificuldades existentes;
- Se os estudantes têm condições de desenvolver ou não tarefas propostas no percurso das diferentes unidades didáticas;
- Se os estudantes estão em condições de estabelecer articulações contínuas entre os conhecimentos propostos e sua prática cotidiana.

Durante os referidos encontros, o professor desenvolverá os conteúdos através de aulas teóricas, demonstrativas e práticas, estudos de casos, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios, visitas técnicas a órgãos governamentais e empresas, possibilitando aos estudantes a construção de conhecimentos interdisciplinares, de forma coletiva e significativa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

O segundo nível caracteriza-se pelo estudo a distância, pelo contato dos estudantes com os tutorias, pelos diversos meios de comunicação, materiais de apoio didático e a realização das atividades para atender os critérios de avaliação.

O terceiro nível é o da avaliação que compreende prova presencial e atividades à distância que serão elaboradas pelos docente em cada componente curricular do curso.

6.3 Matriz curricular do curso

A matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente, na Modalidade a Distância observa um conjunto de componentes curriculares que ao serem trabalhados, conduzem ao desenvolvimento das competências que integram o perfil profissional de conclusão, conforme apresentado neste item 6.3 e no item 6.3.1. A matriz está estruturado da seguinte forma:

Tabela 1 - Matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma subsequente e modalidade à distância.

COMPONENTE CURRICULAR		C. H. PRE-SENCIAL 60 min	C. H. DISTÂNCIA 60 min	C. H. TOTAL 60 min
MÓDULO I	Informática com Ambientação em EAD	12	48	60
	Português Instrumental	12	48	60
	Estatística Ambiental	16	64	80
	Educação Ambiental	12	48	60
	Introdução ao Estudo do Meio Ambiente	12	48	60
	Ecologia dos Ecossistemas	12	48	60
	Metodologia do Trabalho Científico	12	48	60
SUBTOTAL		88	352	440
MÓDULO II	Direito Ambiental	12	48	60
	Ecoturismo	12	48	60
	Unidades de conservação	12	48	60
	Planejamento Ambiental Urbano	16	64	80
	Ética e Responsabilidade Socioambiental	12	48	60
	Gestão de Resíduos Sólidos	12	48	60
SUBTOTAL		76	304	380
MÓDULO III	Sistema de Gestão Ambiental	12	48	60
	Recuperação de Áreas Degradadas	12	48	60
	Avaliação de Impacto Ambiental	12	48	60
	Gestão de Recursos Hídricos	12	48	60
	Cooperativismo e associativismo	12	48	60
	Licenciamento Ambiental	16	64	80
SUBTOTAL		76	304	380
TOTAL DE HORAS/AULAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL		240	960	1.200h
PRÁTICA PROFISSIONAL	Estágio e/ou Projeto			200h
	Atividades Complementares			50h
	TOTAL DA PRÁTICA PROFISSIONAL			250
TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO TÉCNICO				1.450h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

6.3.1 Componentes Curriculares, Competências, Bases Científicas/Tecnológicas, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Informática com Ambientação em EAD	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
As legislações da Ead e seu o ciberespaço e a cibercultura. Ambiente virtual de aprendizagem – Moodle. Ferramentas			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer as Concepções e legislação em EaD;● Dominar o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem;● Conhecer as Ferramentas para navegação e busca na Internet;● Conhecer as Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I: As legislações da EaD e o ciberespaço e a cibercultura. <ul style="list-style-type: none">● Decreto Nº 9.057, de 25 de maio 2017.● O perfil do aluno da educação a distância● A Educação a Distância e o perfil do aluno da educação a distância● A netiqueta● Conectando a internet● A tecnologia como ferramenta no ensino aprendizagem;● Organize seu tempo● Comportamento autônomo: Autoaprendizagem; Gerenciamento do tempo.● O Papel do Aluno na comunidade Virtual● Aulas síncronas e assíncronas; Unidade II: Ambiente virtual de aprendizagem – Moodle <ul style="list-style-type: none">● A Sala de Aula Virtual Moodle● Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.● Comunicação pela plataforma;		<ul style="list-style-type: none">● Ferramentas do Moodle: Materiais de Estudo e Atividades.● Avaliação em Ambientes Virtuais Interativos● Instrumentos e Procedimentos de Avaliação dos alunos Unidade III: Ferramentas <ul style="list-style-type: none">● Primeiros contatos com o sistema operacional Windows;● Manuseio de pastas;● Extensões de arquivos;● Anexar arquivos;● Salvar arquivos;● Como usar um editor de texto;● Como usar a planilha eletrônica;● Google Mett;● Google Drive;● Tarefas;● Fóruns;● Questionários;	
Bibliografia Básica			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

ERCILIA, Maria. **A internet**. São Paulo: PubliFolha, 2007. (Série Folha Explica – Informática).

MILNER, Annalisa. **Como usar o e-mail: seu guia para dominar o computador**. São Paulo: PubliFolha, 2004. MONTEIRO, Mario. **Introdução à organização de computadores**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 7.ed. rev. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar

ALONSO, Kátia Morosov. **A avaliação e a avaliação na educação a distância: algumas notas para reflexão**. Curitiba: IBPEX, 2002. (Coleção Educação a Distância, n.5). BBE Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/a/AavaliacaoemEaD.doc>>. Acesso em: 5 abril. 2023.

ARAÚJO, Jairo. **Introdução ao Linux**. São Paulo: Ciência Moderna, 2000. MACHADO, André. **Linux: comece aqui**. São Paulo: Elsevier, 2005.

BARBOSA, Rommel Melgaço. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005. MORIMOTO, Carlos. **Entendendo e dominando o Linux**. São Paulo: Digerati, 2004. WILLIAM BRAGA. **Open Office: Calc e Writer**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

Curso:		Técnico em Administração	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Gestão e Negócios		Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Português Instrumental		Carga Horária:	60 horas
Ementa				
Técnicas de Redação; Redação Oficial; Gêneros textuais empresariais.				
Competências				
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer as técnicas de redação e aplicá-la no cotidiano empresarial;• Desenvolver habilidades inerentes ao uso da redação oficial;• Compreender os conceitos e o uso dos gêneros textuais empresariais.				
Base Científica e Tecnológica				
Unidade I:Técnicas de Redação		<ul style="list-style-type: none">• Circular.• Relatório. Unidade III: Gêneros textuais empresariais: <ul style="list-style-type: none">• Seminários de apresentação de produtos para venda.• Lançamento de produto no mercado consumidor.• Panfleto.• Cartão de visita.• Convite. Divulgação de eventos e produtos nas redes sociais.		
<ul style="list-style-type: none">• Linguagem Empresarial.• Estética dos documentos.• Mecanismos de coesão e coerência (revisão).• Pronome de tratamento.• Colocação pronominal.				
Unidade II:Redação Oficial:				
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento.• Ofício.• Ata.• Convocação.• Pauta.				
Bibliografia Básica				
BRASIL. Manual de redação da Presidência da República , 3. ed. rev. e atual. - Brasília: Presidência da República 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm . Acessado em: 10-05-23				
BOWDEN, John. Escrevendo excelentes relatórios . Trad.: Roger Maioli dos Santos. São Paulo:Markt Books, 2001.				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CUNHA, C. F., Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008..

Bibliografia Complementar

BAZERMAN, Charles. **Gêneros, tipificação e interação**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modo de organização. São Paulo: contexto, 2008.

KOCHE, Vanilda Salton. **Literatura e produção textual do argumentar e expor**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

RODRIGUEZ, Manuela M. **Manual de modelos de cartas comerciais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental** - De acordo com as atuais normas da ABNT - 29ª Edição. 2010

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente, Saúde e Segurança	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Estatística Ambiental	Carga Horária:	80 horas
Ementa:			
Conceitos fundamentais da Estatística. Apresentação de dados. Medidas estatísticas. Aplicações ao estudo do meio ambiente.			
Competências e habilidades			
<ul style="list-style-type: none"> ● Descrever estatisticamente os dados obtidos por meio de pesquisas quantitativas; ● Conhecer os conceitos iniciais da Estatística; ● Construir e interpretar tabelas e gráficos com dados estatísticos ambientais; ● Descrever dados por meio de técnicas de resumo; ● Calcular medidas estatísticas e interpretá-las. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I - Conceitos fundamentais da estatística <ul style="list-style-type: none"> • Estatística (divisão), população, amostra, variáveis, arredondamento de dados. 		Unidade III - Medidas Estatísticas <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de tendência central: Média aritmética, moda e mediana para dados agrupados e não agrupados. • Medidas de dispersão: Amplitude Total, desvio médio, desvio padrão e coeficiente de variação. 	
Unidade II - Apresentação de dados <ul style="list-style-type: none"> • Regras para construção de tabelas e gráficos; • construção de tabelas e dos principais gráficos. • Distribuição de Frequência (Dados não agrupados e agrupados numa tabela de Frequência). 			

Bibliografia Básica

CRESPO, A. **Estatística Fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

DORIA, U. **Introdução à Estatística**. São Paulo: Negócio Ed., 1999.

HOEL, P. G. **Estatística Elementar**. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1972. 311p.

Bibliografia Complementar

POLETO, Cristiano. **Estatística ambiental**. Porto Alegre : Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 49p. : il

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255p.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CASTRO, Lauro Sodré Viveiros. **Exercícios de Estatística**. Rio de Janeiro: Científica, 1994.

HEATH, O. V. S. **A Estatística na Pesquisa Científica**. São Paulo: EDUSP, 1981. 95p.

SHIGUT & SHIGUT “Apostila de Estatística Avançada” Brasília – DF, Disponível em <Apostila De Estatística> acesso em 19 março.2023.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Educação Ambiental	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Conceitos fundamentais estratégias. Metodologias e elaboração de projetos Ambientais. Práticas de projetos de educação ambiental.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Desenvolver o senso crítico dos alunos quanto às questões ambientais e capacitar os mesmos na prática da Educação Ambiental, focando principalmente as características regionais do tema em questão;● Desenvolver práticas e ferramentas para a mudança de paradigmas ambientais;● Introduzir uma nova visão ambiental entre os alunos; promover e disseminar a ideia ambiental na comunidade acadêmica.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

Unidade I: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

- Educação Ambiental do Brasil.
- Definição, Princípios e Objetivos.
- Educação ambiental e Conferência de Tblisi.
- Política Nacional de Educação Ambiental
- Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA);
- Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 1295, de 05 de janeiro de 2009)

Unidade II: ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS

- Atividades e materiais didáticos em Educação Ambiental.
- Jogos e brincadeiras.
- Trilhas.
- Cursos, Oficinas e Palestras.
- Elementos básicos de PROJETOS de educação ambiental.
- Comunicação do projeto

Unidade III: PRÁTICAS DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Educação Ambiental em áreas urbanas;
- Educação Ambiental em áreas rurais.
- Educação Ambiental nas escolas.
- Educação Ambiental na gestão pública e privada.
- Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

Bibliografia Básica

São Paulo (Estado) Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Educação Ambiental. **Roteiro para Elaboração de Projetos de Educação Ambiental**. Texto Caroline Vivian Gruber; Denise Scabin Pereira; Rachel Marmo Azzari Domenichelli. - - São Paulo: SMA/CEA, 2013.

LOUREIRO, C. F. B.; Azaziel, M; Franca, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase; Brasília: Ibama, 2003. 44p

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental** - ProNEA. 5. ed. Brasília: MMA, 2018. 102 p. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental-pronea-5a-edicao/>>

Bibliografia Complementar

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p. **Introdução à Engenharia Ambiental**. Rio de Janeiro: ABES. 2003.

VEIGA, José Eli da. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2009. 184 p. MAY, P.H., LUSTOSA, M.C., VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e prática**. São Paulo: ELSEVIER, 2003.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Estocolmo, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, 1972.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Introdução ao Estudo do Meio Ambiente	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Fundamentos de Meio Ambiente. Agenda Ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Metodologias para Avaliar a Sustentabilidade.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Compreender o conceito de meio ambiente e a sua caracterização;● Conhecer o histórico da discussão ambiental;● Relacionar a Educação Ambiental com o processo de conservação dos recursos naturais do planeta;● Identificar os aspectos de sustentabilidade relacionados ao desenvolvimento econômico da sociedade			

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
Unidade I: Fundamentos de Meio Ambiente <ul style="list-style-type: none">● Conceito de meio ambiente● Recursos Naturais● Conferências e tratados internacionais● Políticas ambientais Unidade II: Agenda Ambiental e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável <ul style="list-style-type: none">● Conceitos básicos de sustentabilidade● As dimensões da Sustentabilidade● Indicadores e índices socioambientais	Unidade III: Metodologias para Avaliar a Sustentabilidade <ul style="list-style-type: none">● Pegada Ecológica, Hídrica e Carbono● Painel e Barômetro da Sustentabilidade● Índice de Desenvolvimento Humano● Índice da Felicidade● Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira
Bibliografia Básica	
BRAGA B. et al. Introdução à engenharia ambiental . 2ª edição. São Paulo: Pearson Hall, 2005.	
BRASIL. Documento-Base da Conferência Nacional do Meio Ambiente . Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.	
BRASIL. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias . Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.	
Bibliografia Complementar	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

ALVES, J. E. D. **Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio** (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de Populações**. Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.587-598, set./dez. 2015.

BRASIL.. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

CATALISA. **Rede de Cooperação para a Sustentabilidade**. Indicadores de sustentabilidade. 2003. Disponível em: < <https://catalisa.org.br/categoria/textoteca/>>. Acesso em: 10 abril. 2023

LIMA, F. G. C. **Educação ambiental crítica**: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Ecologia dos Ecossistemas	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Conceitos e princípios da Ecologia. Ecologia Trófica. Ciclos biogeoquímicos.Biomass			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer os fundamentos da ciência Ecologia;● Identificar os principais conceitos utilizados na ecologia;● Caracterizar os ecossistemas e seus serviços ambientais;● Compreender as interações entre os fatores bióticos e abióticos nos ecossistemas● Analisar os ciclos ecológicos e os impactos oriundos das atividades antrópicas;● Conhecer os biomas aquáticos e terrestres;			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I: Conceitos e princípios da Ecologia <ul style="list-style-type: none">● Conceito de Ecologia● Importância da Ecologia no cotidiano● Conceitos básicos em ecologia (População, Comunidade, Ecossistema, Biosfera, Hábitat, Nicho ecológico)● Princípios da Ecologia (Interdependência, Sustentabilidade, Fluxo de energia, Cadeias e teias alimentares, Ciclos ecológicos, Coevolução, Diversidade)		Unidade II: - Ecologia Trófica <ul style="list-style-type: none">● Conceito de ecossistema● Estrutura de funcionamento dos ecossistemas● Níveis tróficos e relações alimentares Unidade III: Ciclos Biogeoquímicos e Biomass <ul style="list-style-type: none">● Definição e características dos ciclos ecológicos● Ciclo hidrológico , carbono, nitrogênio, oxigênio, enxofre e fósforo● Definição de biomas● Principais biomas brasileiros e ameaças à biodiversidade	
Bibliografia Básica			
BEGON, M.; TOWNSEND, C.R. e HARPER, J.L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas : 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
BRAGA B. et al. Introdução à engenharia ambiental . 2º edição. São Paulo: Pearson Hall, 2005.			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. **Fundamentos em Ecologia**: 5ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Bibliografia Complementar

MOTA, J.A. **O valor da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PEIXOTO, A. L.; LUZ, R. J. P. e BRITO, M. A. **Conhecendo a biodiversidade**. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 2016.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Tradução Pedro P. de Lima-e-Silva, Patrícia Mousino. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2009

RODRIGUES, E. **Ecologia da Restauração**. Londrina: Ed. Planta, 2013.

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental**. São Paulo: Oficinas de textos, 2009.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Metodologia do Trabalho Científico	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Importância da Ciência, Pesquisa e Conhecimento no Cotidiano. Métodos e Textos Científicos. Projeto de Pesquisa			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Articular comunicação técnica com expressão escrita em língua portuguesa;● Adquirir perfil de pesquisador;● Conhecer as responsabilidades éticas e sociais na pesquisa;● Desenvolver pensamento crítico técnico científico;● Interpretar o conhecimento, a ciência e a pesquisa;● Desenvolver trabalhos científicos de acordo com o rigor exigido;● Preparar, aplicar e avaliar técnicas de apresentação;● Cadastrar, buscar e atualizar o currículo na plataforma lattes;● Elaborar um projeto de pesquisa.			
Base Científica e Tecnológica			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecimento técnico. Conhecimento científico ● Ciência: Aspectos gerais. Serendipidade. Principais casos. Classificação das ciências <p>Unidade II: Métodos e Textos Científicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Método de observação. ● Método indutivo. ● Método dedutivo. Método experimental. Método da diferença ● Pesquisa: Modalidades de Pesquisa. Pesquisa exploratória. Pesquisa teórica. Pesquisa aplicada. Tipos de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. ● Pesquisa descritiva. ● Pesquisa experimental ● Plataforma Lattes ● Textos científicos: Projeto de pesquisa: Relatório de pesquisa, ou técnico científico. Monografia. Dissertação. Tese. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Artigo científico Comunicação científica. ● Redação técnica. Característica. Tautologia <p>Unidade III: Projeto de Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceito. ● Dados de identificação, título, tema, problema. ● Hipótese. ● Objetivos. Geral. Específicos. ● Justificativa. ● Leitura Prévia. ● Metodologia. ● Técnica de coleta de dados. Cronograma. ● Orçamento. ● Literatura citada. ● Execução do projeto de pesquisa. Reaplicação do teste de sondagem.
--	---

Bibliografia Básica
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.
LAKATOS E. M. e MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico . 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.
Bibliografia Complementar
BOAVENTURA, Edivaldo M. Como ordenar as idéias . 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.
BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Como produzir textos acadêmicos e científicos . São Paulo: Contexto, 2021.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
LAKATOS, E. M. e MARCONI, M.A. Técnicas de Pesquisa . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: práticas de fichamento, resumo e resenhas . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Direito ambiental	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Fundamentos constitucionais do Direito Ambiental brasileiro. Sistema constitucional de repartição de competências ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer a teoria geral do Direito Ambiental e o bem jurídico ambiental; Dominar o direito subjetivo ao meio ambiente como direito fundamental, dano ambiental e as responsabilidades administrativa, civil e penal;● Compreender o Direito Ambiental Positivo;● Conhecer noções de Direito Constitucional Ambiental, Direito Administrativo Ambiental, Direito Penal Ambiental e o Direito Ambiente Internacional Ambiental;● Conhecer os instrumentos jurídicos de proteção do Ambiente.			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I - Fundamentos constitucionais do Direito Ambiental brasileiro <ul style="list-style-type: none">● Noções preliminares de Direito● Aspectos Gerais● História da legislação brasileira● Conceitos e definições● Natureza Jurídica● Fontes do Direito Ambiental● Relações com as demais ciências e características● A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Meio Ambiente● Princípios ambientais.● Conferências ambientais e o Brasil.● A tríplice responsabilidade em matéria ambiental Unidade II – Sistema constitucional de repartição de competências ambientais <ul style="list-style-type: none">● A Competência em matéria ambiental na Constituição da República Federativa de 1988● Competência, forma de Estado e o princípio da preponderância dos interesses		<ul style="list-style-type: none">● Da repartição de competências ambientais material: União, Estados e Municípios (regras gerais). Da discussão acerca do poder de licenciar.● Da repartição de competências ambientais legislativas● Distinção entre sistemas de repartição de competências ambientais: legislativa e material Competência comum e competência concorrente Unidade III – Política Nacional do Meio Ambiente <ul style="list-style-type: none">● Sistema Nacional do meio Ambiente● A Colegialidade nos Órgãos Ambientais● Competência dos Organismos Colegiados Ambientais Brasileiros● O Meio Ambiente na Administração Federal● Instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente● Procedimentos Administrativos● Zoneamento Ambiental● Estudo Prévio de Impacto Ambiental● Licenciamento Ambiental● Auditoria Ambiental	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amaparí

	● Financiamento e Meio Ambiente
Bibliografia Básica	
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental . 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.	
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental . 23. ed. São Paulo:Atlas, 2023.	
FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro . 23. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.	
Bibliografia Complementar	
ANTUNES, Paulo de Bessa. Federalismo e competências ambientais no Brasil . 2. ed. São Paulo:Atlas, 2015.	
LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito . v. 62. Brasília: Editora Brasiliense, 2000.	
FARIAS, Talde. Licenciamento Ambiental : aspectos teóricos e práticos. 8 ed. Belo Horizonte: Forum, 2022.	
MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro . 28 ed. São Paulo: JusPodvm, 2022.	
MACHADO, Paulo Afonso Leme. Princípios do Direito Ambiental . São Paulo: JusPodvm, 2022.	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Ecoturismo	Carga Horária:	60 horas

Ementa

Conceitos, panorama e Tendências do Ecoturismo. Impactos do Ecoturismo. Potencialidades turísticas no Amapá

Competências

- Compreender os conceitos básicos de Geologia e Geografia Ambiental;
- Promover os conhecimentos sobre os potenciais e vocações turísticas em nível municipal, estadual, regional tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e impactos ambientais;
- Conhecer e explorar as atividades ecoturísticas do Estado do Amapá, em especial município de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio;
- Capacitar os discentes para o Planejamento Estratégico de empreendimentos turísticos, roteiros de viagem e eventos.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

UNIDADE I – CONCEITOS, PANORAMA E TENDÊNCIAS DO ECOTURISMO NO BRASIL

- Definição e Origem do Ecoturismo
- Perfil do ecoturista
- Mercado ecoturístico
- Modalidades de ecoturismo
- A expansão do ecoturismo no Brasil e no mundo Principais destinos e pólos de desenvolvimento de ecoturismo no Brasil
- Infra-estrutura, Equipamentos e Serviços; Meios de Hospedagem; Alimentação; Energia Alternativa;

UNIDADE II – IMPACTOS DO ECOTURISMO

- Ecoturismo, Impactos, Potencialidades e Possibilidades
- A atividade ecoturística e seus impactos
- Efeitos econômicos positivos e negativos
- Efeitos socioculturais positivos e negativos

- Efeitos ambientais positivos e negativos
- Minimização de impactos

UNIDADE III – POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO AMAPÁ

- Região turística cabo Orange - Oiapoque e Calçoene;
- Região turística cabo Orange - Oiapoque e Calçoene;
- Região turística dos lagos e pororoca - Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias do Araguari e Itaubal do Piririm;
- Região turística meio do mundo - Macapá, Santana e Mazagão;
- Região turística tumucumaque e cachoeiras - Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio;
- Região turística vale do jari -Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

Bibliografia Básica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

AMAPÁ. PLANO ESTADUAL DE TURISMO DO AMAPÁ. 2016. **SEBRAE**: Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amapá. Banco de Dados. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/biblioteca-conteudo-sobre-o-ambiente-de-negocios-do-amapa/>. Acesso em: 21 abril. 2023.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. DADOS ABERTOS. **Índice de Competitividade**. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 21 abril. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

PHILIPPI, Arlindo Jr (Coord.). **Curso de Gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2015.

REGIÃO TURÍSTICA TUMUCUMAQUE E CACHOEIRAS - Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Ferreira Gomes e Serra do Navio. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/07/REGI%C3%83O-TUR%C3%8DSTICA-Tumucumaque-a-Cachoeiras_compressed.pdf. Acesso em: 21 abril. 2023.

MACAPATur. **Prefeitura do Macapá**: Censo do Turismo de Macapá, 2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Unidade de Conservação	Carga Horária:	60 horas

Ementa

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação. Unidades de Conservação no Amapá.

Competências

- Preparar o futuro profissional para desenvolver atividades relacionadas à Unidade de conservação;
- Habilitar o aluno ao entendimento das amplas possibilidades de conservação da biodiversidade e uso sustentável de recursos;
- Promover os conhecimentos sobre os potenciais e vocações das Unidades de Conservação Amapaenses;
- Compreender a importância e etapas da construção do Plano de manejo de uma Unidade de Conservação;

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

UNIDADE I – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Histórico das áreas naturais;
- Evolução da tipologias de áreas conservadas no Brasil;
- Grupos e Categorias de Ucs
- Zona de Amortecimento
- Educação Ambiental e Turismo em UCs

UNIDADE II – GESTÃO E MONITORAMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- Audiências públicas
- Conselhos consultivos e deliberativos das UCs;
- Participação Social nos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação
- Elaboração e revisão de Planos de manejo das unidades de Conservação
- Ameaças às Ucs

UNIDADE III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAPÁ

- Unidades de Conservação Federais
- Unidades de Conservação Estaduais
- Unidades de Conservação Municipais
- Corredor da Biodiversidade do Amapá
- Conflitos nas unidades de conservação no Amapá

Bibliografia Básica

ABIRACHED, F.C.M.; LUZ, L.; TALBOT, V.; LASMAR, V. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. **Um guia para Conselheiros e Gestores**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2014.

ANDRADE, R. A. **Gestão Participativa de Unidades de Conservação Federais no Sul do Amazonas**. In: Bensusan, N.; Prates, A.P. A Diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil. IEB Mil Folhas. p. 683-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

692. 2015.

DRUMMOND, J. A; DIAS, T. C. A. C; BRITO, D. M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

Bibliografia Complementar

CAVALCANTE, M. M. DE A. et al.. **Hidrelétricas e unidade de conservação na amazônia**. Mercator (Fortaleza), v. 20, p. e20017, 2021.

MEDEIROS, R. **Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, vol. 9 n. 1. 2006.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 24 Abril. 2023.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Brasília: ICMBio, 2018.

SANTANA, C. S. C. DE M.; NASCIMENTO, M. A. L. DO .; MARQUES JUNIOR, S.. **Fatores que afetam o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 14, n. 2, p. 156–172, maio 2020.

PRADO, D. S. et al.. **Social Participation in Management Councils of Protected Areas: Normative advances and the perspective of ICMBio Environmental officers**. Ambiente & Sociedade, v. 23, p. e00362, 2020.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Planejamento Ambiental Urbano	Carga Horária:	80 horas
Ementa			
Introdução ao Planejamento Urbano. Instrumentos de Gestão Urbana. Práticas do Planejamento Urbano.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender as diretrizes e objetivos da Política Urbana Brasileira; ● Conhecer os principais instrumentos da gestão ambiental urbana; ● Identificar os conceitos de Estatuto da Cidade, Plano Diretor e a função social do espaço urbano; 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
UNIDADE I - Introdução ao Planejamento Urbano <ul style="list-style-type: none"> ● Panorama da problemática urbana ● Elementos constitutivos da base urbana ● Evolução das cidades ● Planejamento de cidades ● Macrozoneamento urbano ● Os municípios e as cidades brasileiras ● Lei Orgânica Municipal (LOM) 		<ul style="list-style-type: none"> ● Componentes do planejamento ● Planejamento municipal ● Planejamento urbano ● Tamanho das cidades/densidade urbana ● A questão ambiental no planejamento urbano 	
		UNIDADE III : Práticas do Planejamento	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Unidade II: Instrumentos de Gestão Urbana	Urbano
<ul style="list-style-type: none"> • Estatuto da Cidade • Plano Diretor • Metodologia para o desenvolvimento do Plano Diretor 	<ul style="list-style-type: none"> • Zoneamento urbano • Acessibilidade e mobilidade urbana • Responsabilidades das órgãos setoriais municipais (Estudo de Caso)

Bibliografia Básica
<p>CASSILHA, G. A.; CASSILHA, S. A. Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009.</p> <p>SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos. 2 ed. São Paulo: Oficina de texto, 2013.</p> <p>BARBOSA, Rildo Pereira. Avaliação de risco e impacto ambiental. São Paulo: Erica-Saraiva, 2014.</p>
Bibliografia Complementar
<p>BONAMENTO, J. L; SOUZA, A. J. Planejamento urbano e ambiental. Indaial : Uniassevi, 2012.</p> <p>CARVALHO FILHO, J.S. Comentários ao Estatuto da Cidade. 4º Ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.</p> <p>FERREIRA, J. F. C; TOSTES, J. A. Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável. Revista Eletrônica de Humanidades do Cursos de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, Vol.11, nº 1, p. 123-141. 2015.</p> <p>SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de janeiro: Betrand Brasil, 2003.</p> <p>VARGAS, H. C.; RIBEIRO, H.. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: Edusp, 2004.</p>

Curso:	Técnico em meio ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Ética e Responsabilidade Socioambiental	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Introdução à Ética profissional. Ética e Responsabilidade Socioambiental. Responsabilidade Socioambiental nas Organizações			
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os fundamentos teóricos sobre ética, moral • Discutir a responsabilidade social dentro do ambiente corporativo e seus impactos nas empresas • Explorar as ferramentas de gestão que permitem implementar responsabilidade socioambiental nas organizações • Discutir os desafios da responsabilidade socioambiental nas organizações. 			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
<p>Unidade I: Introdução à Ética Profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da ética e da moral; ● Noção de ética e moral; ● Finalidade da vida moral; ● Ética Profissional <p>Unidade II: Ética e Responsabilidade Socioambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Legislação e normas relacionadas à ética e responsabilidade socioambiental. ● Efeitos econômicos, socioambientais do ecoturismo; ● Código de ética empresarial. ● Redes Sociais. ● Indicadores de Responsabilidade Social 	<p>Unidade III: Responsabilidade Socioambiental nas Organizações</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Responsabilidade Social Corporativa; ● Ferramentas de gestão de responsabilidade social; ● Responsabilidade Social Corporativa: ● Voluntariado empresarial e marketing social.

Bibliografia Básica

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VILAÇA, W. P. T; MENEZES, E. **Ética e Responsabilidade Socioambiental.** Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2015.

RABELO, N. S; SILVA, C. E. **Modelos de indicadores de Responsabilidade Corporativa.** Revista Brasileira de Administração Científica, Aquidabã, v.2, n.1, junho, 2011.

Bibliografia Complementar

ARENT, H. **A condição humana.** Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, L. F; BITTENCOURT, J. J; PACOBELLO, D. R; Sustentabilidade, ética e responsabilidade social nas organizações: uma reflexão teórica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p.72666-72690 jul. 2021

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Gestão de Resíduos Sólidos	Carga Horária:	60 horas

Ementa

Origem e classificação. Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. Métodos de Tratamento e disposição final dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Resíduos Sólidos.	
Competências	
<ul style="list-style-type: none">● Compreender os princípios básicos de gestão integrada de resíduos;● Conhecer a legislação a respeito da gestão de resíduos;● Entender as etapas para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos.	
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
UNIDADE I: ORIGEM E CLASSIFICAÇÃO <ul style="list-style-type: none">● Panorama do Resíduos Sólidos● Definição● Classificação de Resíduos Sólidos de acordo com a ABNT (NBR-10.004)● Características dos resíduos urbanos: Composição, umidade, densidade, PCS e PCI, relação C/N.● Amostragem UNIDADE II: GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS <ul style="list-style-type: none">● Política e Plano Nacional dos Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none">● Elementos do Sistema de Limpeza pública● Plano de Gestão Integrado e suas etapas UNIDADE III: MÉTODOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS <ul style="list-style-type: none">● Compostagem● Reciclagem● Incineração● Aterramento

Bibliografia Básica
BRAGA et al. Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª Edição. São Paulo: Prentice hall, 2005. BARROS, R. T. V. Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte: Tessitura, 2012. CASSINI, S. T. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos e aproveitamento do biogás. ABES. 2003.
Bibliografia Complementar
BARBOSA, R. Pa. Resíduos sólidos, impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Erica, 2014 CASTILHOS JR. A. B. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. ABES. 2006. LEITE, P. R. Logística reversa sustentabilidade e competitividade: teoria, prática, estratégias. São Paulo Saraiva 2017 Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: www.snis.gov.br Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - NBR 10.007:2004: Amostragem de 92 resíduos sólidos.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Sistema de Gestão Ambiental	Carga Horária:	60 horas
Ementa:			
Sistemas de gestão ambiental. Política ambiental. Planejamento do SGA			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Competências	
<ul style="list-style-type: none">● Compreender o conceito de Gestão Ambiental e seus objetivos● Conhecer as ferramentas de Gestão Ambiental● Conhecer, interpretar e aplicar a norma ISO 14.001:2004● Descrever as técnicas para implantação de SGA● Compreender as etapas do planejamento do SGA	
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
<p>Unidade I: Sistemas de gestão ambiental</p> <ul style="list-style-type: none">● Como surgiu a ISO 14001:2004● Objetivos das normas da série ISO 14000● Características das normas da série ISO 14000● Benefícios das normas da série ISO 14000● Família ISO 14000 <p>Unidade II: Política ambiental</p> <ul style="list-style-type: none">● Ciclo Plan do check act (PDCA)● Política ambiental● Política ambiental - atendimento À ISO 14001● Aspectos ambientais	<p>Unidade III: Planejamento do SGA</p> <ul style="list-style-type: none">● Política ambiental● Aspectos e impactos ambientais● Requisitos legais● Objetivos e metas ambientais
Bibliografia Básica	
<p>MOREIRA, M. S. Pequeno Manual de Treinamento em Sistema de Gestão Ambiental. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2005.</p> <p>PHILIPPI Jr, Arlindo. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole, 2003.</p> <p>DONARE, Denis. Gestão Ambiental na Empresa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshi. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ABNT - ISO 14.001 – Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso. Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <p>ABNT 1. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. NBR ISO 14001:2004. 2004.</p> <p>ABNT 2. Histórico ABNT – 65 anos. Disponível em: http://www.abnt.org.br/imagens/HISTORICO ABNT - 65ANOS.pdf. Acesso em: 21 abril. 2023.</p> <p>ABNT. NBR ISO 14.001:2004 – Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>INMETRO 2. Glossário. Disponível em: http://glossarioinmetro.wordpress.com/ category/iso-14001/. Acesso em: 21 abril. 2023.</p>	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Recuperação de áreas degradadas	Carga Horária:	60 horas

Ementa:

Áreas Degradadas: Conceitos e Caracterização do Problema. Degradação do solo e da água: Impactos da erosão e estratégias de controle. Estratégias de Recuperação de áreas degradadas

Competências

- Compreender o conceito de área degradada;
- Identificar ações de recuperação de áreas degradadas.
- Identificar e indicar técnicas de recuperação dos Ecossistemas;
- Identificar questões ambientais, analisar suas consequências e sugerir ações para prevenção;
- Identificar as diferentes tecnologias apropriadas às ações de preservação do Meio Ambiente.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

Unidade II: Degradação do solo e da água: Impactos da erosão e estratégias de controle.

- Degradação dos solos e fatores causadores;
- Erosão geológica;
- Erosão antrópica
- Causas da Erosão
- Tipos de Erosão;
- Consequências da Erosão;
- Degradação dos Recursos Hídricos ;
- Processo de Eutrofização ;
- Interferência do Uso e Cobertura da Terra na Qualidade da Água;
- Levantamento de Fontes Pontuais e Difusas de Poluição;

Unidade III: Estratégias de Recuperação de áreas degradadas.

- Sucessão primária e secundária das florestas;
- Sistemas Agroflorestais (SAF's) ; como alternativa a RAD.
- Classificação dos sistemas agroflorestais;
- Sistemas Silvagrícolas;
- Sistemas Silvopastoris;
- Sistemas Agrosilvopastoris;
- Recuperação de Mata Ciliar;
- Compostagem;
- Bioengenharia;
- Biorremediação e fitorremediação;
- Recuperação de áreas degradadas pela mineração;

Bibliografia Básica

DIAS, L. E. & GRIFFITH, J. J. **Conceituação e caracterização de áreas degradadas**. In: Recuperação de Áreas Degradadas, Dias, L. E. & de Mello, J.W. SOBRADO/FINEP, Viçosa, MG. p. 1-7, 1998.

ARAÚJO, G. H. DE S.; ALMEIDA, J. R. DE; GUERRA, A. J. T. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

RODRIGUES, D; MOERI, E. **Áreas contaminadas, remediação e revitalização**. 3 ed. São Paulo: 2007

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível no Site: www.planalto.gov.br/ccivil/codigos/novo.

EMBRAPA – Práticas de Conservação do solo e recuperação de áreas degradadas por Paulo Guilherme Salvador Wadt ET AL, Ro Branco, AC, 2003.

CAIRNS, Jr.. Aumento da diversidade através da restauração de ecossistemas danificados. (In) Biodiversidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Wilson, E. O. (Org.). Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 1997

IBAMA. Manual de Recuperação de áreas degradadas pela mineração. Brasília, IBAMA, 1990, 96 p.

KAGEYAMA, P. E F. B. GANDARA. Revegetação de Áreas Ciliares. Páginas: 02-24 em R. R. Rodrigues, e H.

F. Leitão-filho. Matas Ciliares: Conservação e Recuperação. São Paulo: Editora da USP/ FAPESP, 2000

MARTINS, S.V. (Ed.) Restauração ecológica de ecossistemas degradados. Viçosa: Editora UFV, 2012, 293p.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Avaliação de Impacto Ambiental	Carga Horária:	60 horas
Ementa:			
Breve histórico sobre o processo de Avaliação de Impacto Ambiental.Licenciamento Ambiental.Introdução à Avaliação de Impacto Ambiental – AIA.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Conhecer a Política Nacional de Meio Ambiente;● Compreender a Avaliação de Impacto Ambiental● Entender o processo de Licenciamento Ambiental;● Compreender a importância do EIA e RIMA;			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

<p>Unidade I: Breve histórico sobre o processo de Avaliação de Impacto Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none">● Introdução● Política Nacional do Meio Ambiente● A criação do processo de Avaliação de Impacto Ambiental;● Impacto Ambiental● Conceito de Impacto Ambiental● Tipos de impacto <p>Unidade II: Licenciamento Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none">● Caracterização do Licenciamento Ambiental;● Tipos de licença● Atividades que exigem apresentação de EIA/RIMA● O Plano de Controle Ambiental (PCA)● Outros estudos ambientais que podem ser solicitados	<p>Unidade III: Introdução à Avaliação de Impacto Ambiental – AIA</p> <ul style="list-style-type: none">● Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)● Objetivos da AIA● Principais etapas do processo de AIA● Principais atividades do processo de AIA● O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)● Análise do EIA/RIMA● Realização de Audiências Públicas● Realização de Auditorias Ambientais
--	--

Bibliografia Básica

ABSY, M. L.; ASSUNÇÃO, F. N. A.; FARIA, S. C. **Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995. 136p. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/ambtec/documentos/AIA.pdf>>. Acesso em: 29 abril. 2023.

BASTOS, A.C.S.; ALMEIDA, J.R. **Licenciamento ambiental brasileiro no contexto da avaliação de impactos ambientais**. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Avaliação e perícia ambiental. 8.ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2007.

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; MIERZWA, J. C.; BARROS, M. T.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 318p.

GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (Ed.). **Avaliação e perícia Ambiental**. 8. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

2007. 294p.

Bibliografia Complementar

AMBIENTE BRASIL . Disponível

em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./glossario/siglas.html>>. Acesso em: 8 jul. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 001/1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Data da legislação: 23/01/1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1986, p. 2548-2549.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 011/1986**. Dispõe sobre alterações na Resolução nº 1/86. Data da legislação: 18/03/1986. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 maio 1986, p. 6346.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução CONAMA Nº 237/1997**. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Data da legislação: 22/12/1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.247, 22 dez. 1997.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Gestão de Recursos Hídricos	Carga Horária:	60 horas
Ementa			
Conceitos Básicos de Hidrologia. Recursos hídricos: aspectos legais e institucionais. Gestão e manejo de bacias hidrográficas			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Compreender os conceitos básicos relacionados aos recursos hídricos;● Entender os principais aspectos legais relacionados à gestão dos recursos hídricos;● Conhecer o funcionamento da gestão e manejo das bacias hidrográficas;			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

<p>Unidade I: Conceitos Básicos de Hidrologia</p> <ul style="list-style-type: none">● Disponibilidade e demanda hídrica no Brasil e no Mundo;● Ciclo hidrológico;● Precipitação. Intercepção. Evaporação e evapotranspiração;● Infiltração e armazenamento no solo● Escoamento superficial● Água subterrânea● Fluxo subterrâneo <p>Unidade II: Recursos hídricos: aspectos legais e institucionais</p> <ul style="list-style-type: none">● Fundamentos da gestão de recursos hídricos.● Características dos recursos hídricos e usos da água.● Legislação para uso dos recursos hídricos.●	<ul style="list-style-type: none">● Outorga de direito e cobrança pelo uso da água.● Cobrança pelo uso das águas; <p>Política Nacional de Recursos Hídricos;</p> <p>Unidade III: Gestão e manejo de bacias hidrográficas</p> <ul style="list-style-type: none">● Poluição hídrica, qualidade da água e monitoramento;● Processos Erosivos● Assoreamento de corpos d'água● Hidrografia;● Diagnóstico e adequação ambiental de bacias hidrográficas.● Gerenciamento e manejo de mananciais em meio rural.● Funcionamento e organização de comitês.● Sistema de fiscalização.
---	---

Bibliografia Básica
<p>M. Books do Brasil Editora Ltda, 2009. SILVEIRA, André L.L. da. Ciclo hidrológico e a bacia hidrográfica. In: Hidrologia: ciência e aplicação.</p> <p>LEAL, M. S. Gestão Ambiental de Recursos Hídricos: Princípios e Aplicações. Rio de Janeiro: CPRM, 176p. 1998.</p> <p>REBOUÇAS, A. Uso Inteligente da Água. São Paulo: Escrituras Editora, 207p. 2004.</p> <p>SETTI, A. A. Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília: Agência Nacional de Águas. 327p. 2001.</p>
Bibliografia Complementar
<p>BRASÍLIA, Senado Federal. Código de águas: e legislação correlata. Brasília Senado Federal: 2003.</p> <p>SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antônio Fernandes Monteiro. Conceitos de bacias hidrográficas teorias e aplicações. Ilhéus, Bahia: Editus, 2002.</p> <p>VIEGAS, Eduardo Coral. Visão jurídica da água. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.</p> <p>ZUCCARI, Maria Lúcia. 2005. A bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento e planejamento. Disponível em: <http://www.abagrp.cnpm.embrapa.br/areas/hidrografia.htm> Acesso em: 10 abril. 2023.</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Cooperativismo e associativismo	Carga Horária:	60 horas
Ementa:			
A necessidade humana de viver em grupos sociais; Empreendedorismo Coletivos; Políticas públicas para grupos de agricultores.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a necessidade humana de viver em grupos sociais e suas formas de organização;• Entender o papel do empreendedorismo coletivo e suas formas de desenvolvimento através do cooperativismo e do associativismo;• Conhecer as políticas públicas que apoiam os grupos de agricultores.			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
UNIDADE I: A NECESSIDADE HUMANA DE VIVER EM GRUPOS SOCIAIS <ul style="list-style-type: none">• Quando os grupos se tornam organizações;• Formalizando as organizações;• Principais tipos de organizações formais UNIDADE II: EMPREENDEDORISMO COLETIVOS <ul style="list-style-type: none">• Definição, funcionamento e benefícios;• Associações: finalidade, patrimônio, remuneração de dirigentes e resultados financeiros e principais tipos de Associação;• Cooperativas: tipos de cooperativas, classificação das cooperativas e princípios organizativos;• Estrutura organizacional das cooperativas/associações e suas respectivas funções		UNIDADE III: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS DE AGRICULTORES <ul style="list-style-type: none">• Agricultura familiar e as políticas públicas;• PAA e PNAE;• Programa de agroindústria;• Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.	
Bibliografia Básica			
ALVES, A. F. et al. Manual para cooperativas : boas práticas na gestão cooperativada. Francisco Beltrão: Unioeste/Unicafes/SETI, 2010. Disponível em: Acesso em: 11 maio de. 2023.			
BALEM, T. Aparecida. Associativismo e cooperativismo Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2016.			
MUÑOZ Estevan. Associativismo e Cooperativismo : uma estratégia de organização empreendedora e solidária: Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <u>Oficina-8-Cartilha-Associativismo-e-Cooperativismo-Estevan.pdf (ufsc.br)</u> . Acesso em 11 maio de 2023.			
Bibliografia Complementar			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

ASSOCIATIVISMO e COOPERATIVISMO. Disponível em:
[http://portal.unemat.br/media/files/Editora/Cooperativismo%20e%20Associativismo%20-E-book%20-%20Editora%20da%20UNEMAT%202021\(1\).pdf](http://portal.unemat.br/media/files/Editora/Cooperativismo%20e%20Associativismo%20-E-book%20-%20Editora%20da%20UNEMAT%202021(1).pdf). Acesso em: 11 maio de 2023.

OCERGS. **Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.** Cooperativismo: conceitos e princípios. 2012. Disponível em: Acesso em: 11 maio de 2023..

PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas.** Santo André: SESCOOP/OCB/ESETEC Editores associados, 2000. 152 p.

TESCH, W. **Dicionário Básico do Cooperativismo.** Brasília: SESCOOP, 2000

DP&A, 2000. 220 p. SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito:** Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Porto Alegre: Rígel, 2002. 128 p

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Licenciamento Ambiental	Carga Horária:	80 horas
Ementa			
Política Nacional do Meio Ambiente. Lei dos Crimes ambientais. Licenciamento ambiental.			
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os principais processos de licenciamento ambiental; ● Relacionar a legislação ambiental com os processos de licenciamento existentes; ● Conhecer a política nacional de meio ambiente. ● Interpretar a tutela penal do meio ambiente. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I: Política Nacional do Meio Ambiente <ul style="list-style-type: none"> ● Noções Introdutórias ● Conceitos Legais ● Sistema Nacional de Meio Ambiente –SISNAMA ● Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente Unidade II: Lei dos crimes ambientais <ul style="list-style-type: none"> ● Tutela penal do meio ambiente ● Teoria do crime 		<ul style="list-style-type: none"> ● Disposições gerais ● Aplicação da Pena ● Dos crimes contra o Meio Ambiente Unidade III: Licenciamento ambiental <ul style="list-style-type: none"> ● Disposições Legais Gerais do Licenciamento Ambiental ● Licença Prévia ● Licença de Instalação ● Licença de Operação 	

Bibliografia Básica
FARIAS, Talde. Licenciamento Ambiental: aspectos teóricos e práticos. 8 ed. Belo Horizonte: Forum, 2022.
PRADO, Luiz Regis. Direito Penal do Ambiente: crimes ambientais, (Lei 9.605/1998). 7 ed. São Paulo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Forense, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

FIORILLO, Celso Antonio P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

6.4 Prática profissional

A prática profissional proposta é regida pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), aprendizado continuado (conciliar a teoria com a prática profissional) e acompanhamento total ao estudante (orientador em todo o período de sua realização).

A prática profissional configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de desconstrução e (re) construção do conhecimento.

A prática profissional será desenvolvida no decorrer do curso por meio de estágio supervisionado ou projeto, com carga horária mínima de 200 horas, e atividades complementares, com carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas, totalizando 250 horas, no mínimo, de prática profissional.

6.4.1 Estágio e/ou Projeto

A modalidade de estágio definida neste Plano para do curso supracitado, será baseado na Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, que regulamenta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente do IFAP, na lei nº 11.788, de 25 de setembro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

de 2008 que dispõe sobre o estágio dos estudantes, na Resolução nº 58/2014/CONSUP/IFAP, de 04 de dezembro de 2014, retificada em 28 de abril de 2015, que aprova a realização de estágio através de projetos de pesquisa e/ ou extensão dos cursos técnicos – integrados e subsequentes das turmas a partir de 2011/IFAP e a Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFAP de 20 de abril de 2015, que aprova a regulamentação de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Segundo a Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, em seu art. 65, onde afirma que: “A prática profissional poderá ser desenvolvida no decorrer do curso por meio de estágio curricular supervisionado ou outras atividades complementares tais como: projetos, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, exercícios profissionais efetivos, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso”.

O Estágio Curricular compreende o desempenho teórico-prático do (a) aluno (a) em empresas, organizações públicas e privadas e/ou instituições de ensino, desenvolvendo atividades, nos diversos setores da economia, relacionadas à área profissional do curso realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, com vistas à integração no mundo do trabalho”. Nota-se que as atividades relacionadas ao estágio curricular podem ser desenvolvidas nos mais diversos ambientes e não somente em empresas do mercado de trabalho vinculadas ao curso.

Sendo assim, estas atividades também podem ser desenvolvidas tanto em instituições públicas ou privadas, quanto em instituições de ensino, desde que estejam relacionadas com a área profissional do curso realizado pelo discente no IFAP – CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI. Neste sentido, os discentes do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma subsequente, na modalidade à distância, podem integralizar suas cargas horárias de prática profissional através do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de intervenção na sua área de atuação. Segue abaixo a metodologia de desenvolvimento do Projeto.

Metodologia de Desenvolvimento da Prática profissional através de Projeto

A atividade equivalente desenvolvida, seja ela de pesquisa, extensão ou monitoria, deverá necessariamente ter horas de desenvolvimento de projeto iguais às horas de prática profissional que devem ser executadas, seguindo o Plano Pedagógico do Curso – PPC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amaparí

O projeto deverá ter um professor Orientador e no máximo cinco grupos de alunos sendo um projeto proposto, ou deverá ter um professor Orientador e quantos alunos existirem no projeto se for um projeto aprovado via editais internos de seleções de bolsas ou editais de entidades de incentivo como CAPES, CNPQ, SETEC, FAPEAP, dentre outras. Se o projeto estiver aprovado via casos citados anteriormente, o mesmo deverá necessariamente seguir o Plano de Trabalho do projeto. Caso o projeto seja um projeto proposto, deverá conter os seguintes itens:

1. Título do projeto
2. Resumo
3. Justificativa
4. Fundamentação Teórica
5. Objetivo Geral
6. Metodologia da execução do projeto
7. Acompanhamento e avaliação
8. Resultados esperados e disseminação dos resultados
9. Referências Bibliográficas

O projeto, em qualquer caso (proposto ou aprovado via edital) deverá estar formatado segundo modelo do Departamento de Pesquisa e Extensão.

O trâmite para que os projetos sejam equiparados à atividade de estágio deverá seguir o seguinte fluxo:

1. Professor Orientador da entrada do Projeto na Coordenação de Curso, para que o coordenador tenha ciência e faça registro do desenvolvimento do projeto.

2. O Professor Orientador protocola o projeto no SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública - e aguarda a aprovação do projeto para posteriormente iniciar a execução; além de seguir todas as etapas que o SUAP exige até a conclusão e emissão de relatório.

Nota: O acompanhamento da execução será feito pelo Coordenador de Curso e no final da execução o coordenador informará via e-mail à Coordenação do Ensino Técnico que o projeto foi executado com êxito e que as horas de estágio estão validadas para a equipe componente do projeto, neste memorando o coordenador citará o título do projeto, o professor-orientador e os alunos envolvidos.

3. A coordenação do Ensino Técnico informará via Memorando (ou e-mail) à Direção de Ensino de que o projeto foi executado com êxito e solicita que sejam validadas as horas de estágio para a equipe executora do projeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

4. A Direção de Ensino informa via memorando (ou e-mail) ao Departamento de Pesquisa e Extensão sobre a finalização do projeto e solicita registro e informação da atividade para o Registro Escolar.

Os casos omissos serão decididos pelo Departamento de Pesquisa e Extensão em conjunto com a Direção de Ensino.

Quanto à realização do estágio, o estudante deverá ser acompanhado por um Professor Orientador, designado pela coordenação do curso, levando-se em consideração as condições de carga horária dos professores. Além do Professor Orientador, o estudante também será acompanhado em sua prática profissional por um responsável técnico da empresa promotora do estágio.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Preenchimento e assinatura da Carta de Apresentação, Apêndice IV, (expedida pela Coordenação de Estágio e Egresso) e Carta de Aprovação de Estágio (pela empresa e/ou instituição do local de estágio);
- Plano de Atividades de Estágio (Apêndice VI) aprovado pelo Professor Orientador, juntamente com o supervisor técnico;
- Elaboração do Termo de Compromisso de Estágio (expedido pela Coordenação de Estágio e Egresso) e assinatura da Direção-Geral do *campus*;
- Reuniões do aluno com o Professor Orientador, nas quais serão discutidos eventuais situações-problema vivenciadas pelo aluno no ambiente de estágio;
- Elaboração de Relatório Final do Estágio Supervisionado, com assinatura e avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor técnico, bem como a avaliação final do Professor Orientador.

Após a conclusão do estágio, o estudante terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para entregar na Coordenação de Estágio e Egresso as seguintes documentações:

- a) Ficha de Avaliação de Estágio (Apêndice VI), assinada pelo Professor Orientador;
- b) Termo de Realização de Estágio (Apêndice VII);
- c) Ficha de Avaliação do Supervisor da Concedente;
- d) Plano de Atividade de Estágio (Apêndice VI);
- e) Termo de compromisso de estágio assinado por todos os envolvidos.

f) Relatório Final de Estágio elaborado pelo aluno e entregue primeiramente ao Professor Orientador que promoverá a validação e expedição da Declaração de Validação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Relatório de Estágio (Apêndice VIII). O Relatório Final de Estágio seguirá o Guia Prático para Relatório de Estágio da instituição e deverá ser realizado na área afim do curso.

Após a conclusão do estágio supervisionado obrigatório, o estudante terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para entregar o Relatório Final de Estágio ao Professor Orientador, que fará a correção do ponto de vista técnico e emitirá uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo exigido ao estudante rendimento igual ou superior a 6,0 (seis).

Caso o estudante não alcance a nota mínima exigida no Relatório Final de Estágio, deverá ser reorientado pelo Professor Orientador, com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, e deverá entregá-lo ao Professor Orientador.

O Professor Orientador deverá preencher também a Ficha de Avaliação de Estágio, indicando o desempenho do aluno, entre 0 (zero) e 10 (dez).

O estudante deverá encaminhar as documentações supracitadas (originais) à Coordenação de Estágio e Egresso, que por sua vez encaminhará ao Registro Escolar para arquivar na pasta do aluno.

O Relatório Final de Estágio poderá ser apresentado aos professores e coordenador de curso e aos alunos da turma para socialização da experiência vivenciada.

6.4.2 Atividades Complementares

A complementação na formação técnica é recomendada pelo Ministério da Educação para o desenvolvimento geral do profissional. Nesse sentido, as atividades complementares possibilitam o reconhecimento de habilidades e competências dos discentes, inclusive adquiridas fora do ambiente da Instituição e do curso.

Assim, de modo a permitir uma formação integral, os estudantes do referido curso devem cumprir um mínimo de 50 (cinquenta) horas de Atividades Complementares em caráter obrigatório, ao longo do curso.

Compreende-se como Atividade Complementar aquela que integra a carga horária do curso, no que se refere à prática profissional, e que pode ser cumprida pelo estudante de várias formas, de acordo com o planejamento ajustado pela Coordenação do Curso e critérios estabelecidos neste Projeto Pedagógico.

O estudante deverá solicitar via SUAP o cômputo das horas conforme comprovante de realização da atividade anexado ao sistema, ao final de cada semestre letivo, conforme carga horária estabelecida na matriz curricular, em datas estabelecidas pela Coordenação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Curso, que também se responsabilizará pela validação dessas atividades.

As Atividades Complementares realizadas antes do início do curso, não podem ter atribuição de créditos, pois somente serão validadas as atividades desenvolvidas ao longo do curso no qual o aluno estiver regularmente matriculado. Cabe ressaltar, que as Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

As Atividades Complementares, integrantes da prática profissional, poderão compreender a participação em palestras, feiras, oficinas, minicursos (como Palestrante/Monitor/Instrutor), monitorias, prestação de serviços, estágios não-obrigatório, produção artística, ações culturais, ações acadêmicas, ações sociais, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, de pesquisa e de extensão, cadastrados nas respectivas pró-reitorias, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re) construídos no respectivo curso.

São aceitos como atividades complementares:

- **Estágio não-obrigatório** – A realização de estágio não-obrigatório, com remuneração, devidamente comprovado por documentação emitida pelo local de estágio, poderá ser validado somente quando a partir de 120 horas realizadas.
- **Projetos de Iniciação Científica** – As atividades a que se refere este item serão propostas e desenvolvidas sob forma de projetos e programas de pesquisa de natureza extracurricular, mediante a participação do aluno nos mesmos, visando a qualificação técnica e científica. Consideram-se também as apresentações de trabalhos em eventos científicos, sob forma de pôster, resumo ou artigo científico.
- **Atividades Culturais** – Participação de atividades em orquestra, grupo de teatro, grupo de coral, capoeira ou similares, oferecidas pelo IFAP, outras Instituições de Ensino ou órgãos da sociedade civil organizada.
- **Atividades Acadêmicas** – Participação em eventos científicos como ouvinte e/ou atuante assim como organização de eventos escolares, científicos e culturais no IFAP, como semanas, jornadas, exposições, mostras, seminários e cursos de extensão, participação em jornada acadêmica ou atividades extracurriculares organizadas pela coordenação do curso de Meio Ambiente ou áreas afins, realizadas no IFAP ou em outras Instituições de ensino, pesquisa e extensão; participação em curso de extensão; proferir palestras profissionalizantes; cursar programas de aprendizagem ofertados por outras instituições de ensino profissionalizante ou de graduação; realizar atividades de monitoria relacionadas ao componente curricular.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amaparí

- **Ações Sociais** – Realização de atividades sociais, como, por exemplo, a participação em projetos voltados para a comunidade que promovam melhoria da qualidade de vida, cidadania, educação, trabalho e saúde, seja na condição de organizador, monitor ou voluntário.

Cada atividade complementar terá uma carga horária mínima e máxima, conforme estabelecido no quadro abaixo, não permitindo ao aluno cumprir toda sua carga horária em um só tipo de atividade, ou seja, a carga horária mínima de 50 (cinquenta) das atividades complementares deverá ser cumprida em, no mínimo, 03 (três) tipos de atividades.

Tabela 2 – Atividades

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Visitas técnicas (via coord. ou individual)	03 h	12 h
Participação em programas governamentais (Ex: menor aprendiz e outros)	30 h	30 h
Atividades científicas (participação em congressos, seminários, palestras, minicursos, fóruns, Workshops, mostra científica e tecnológica, feiras e exposições, monitorias, dentre outros)	04 h	20 h
Participação como Ministrante em atividades científicas e acadêmicas.	02 h	20 h
Atividades Esportivas (torneios, jogos, cursos de danças etc.)	04 h	08 h
Produção Acadêmica/Científica (autor ou co-autor de artigos publicados em jornais e/ou revistas científicas, anais, periódicos, livros ou capítulo de livros e painéis, projeto de pesquisa)	04 h	12 h
Cursos extracurriculares (línguas, extensão, aperfeiçoamento, treinamento, etc.)	10 h	30 h
Participação em atividades culturais: filmes, teatro, shows, feiras, exposições, patrimônios culturais.	02 h	12 h
Exercício de representação estudantil nos órgãos colegiados da instituição	04 h	16 h
Ações Sociais: Participação em eventos sociais como monitor, voluntário ou organizador.	04 h	16 h
Estágio não obrigatório	20 h	20 h



7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos anteriores está de acordo com o Artigo 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 46 da resolução CNE/CP nº 01/2021 e com a Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

Entende-se por aproveitamento de conhecimentos o processo de reconhecimento de componentes curriculares ou módulos cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IFAP ou em outras Instituições de Ensino de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma subsequente, credenciadas pelos Sistemas Federal e Estadual, bem como em Instituições Estrangeiras, para a obtenção de habilitação diversa.

O aluno matriculado solicitará à Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s), tendo como base o aproveitamento de estudos anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos de I a IV do artigo 46 da Resolução CNE/CP nº 01/2021, e a Resolução nº 015/CONSUP/IFAP, em seus artigos 33, 34 e 35 que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

A concessão do aproveitamento de estudo no curso supracitado, quando se tratar de componente(s) curricular(es), além do histórico escolar, é necessário apresentar o programa dos referidos componentes cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Quando se tratar de módulo(s) o aluno deverá anexar os seguintes documentos:

- Certificado de Qualificação Profissional de Nível Técnico com o histórico escolar, conforme estabelece artigo 46 da Resolução CNE/CP nº 01/2021, ou o documento comprobatório de habilitação do módulo inicial;
- O programa dos componentes curriculares cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Nos casos em que os documentos são oriundos de instituições estrangeiras, os mesmos deverão ter traduções oficiais, e o curso deverá ter sua equivalência com os inscritos no cadastro nacional de cursos de educação profissional técnica de nível médio, aprovada por instituição autorizada pelo MEC para tal fim.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amaparí

Tratando-se de aproveitamento de componente(s) curricular(es) ministrado(s) no próprio IFAP o requerente ficará dispensado do cumprimento da entrega dos documentos da Instituição.

A análise da equivalência do(s) componente(s) curricular (es) ou módulo(s) será feita pela Coordenação de Curso observando a compatibilidade de carga horária, bases científico-tecnológicas ou competências/habilidades. O tempo decorrido da conclusão dos elementos mencionados acima não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento do componente ou módulo solicitado no IFAP.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares apresentados e não sobre a denominação dos componentes curriculares cursados. Serão aproveitados os componentes curriculares cujos conteúdos e cargas horárias coincidirem em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com os programas dos componentes curriculares do respectivo curso oferecido pelo IFAP.

O discente poderá obter dispensa, por aproveitamento de estudos, de, no máximo, 30% (trinta por cento) da carga horária total dos componentes curriculares do curso, sendo vedado o aproveitamento de estudos para componentes curriculares em que o requerente tenha sido reprovado. Não será permitida a solicitação de aproveitamento de estudos para alunos matriculados no primeiro módulo do curso, exceto para alunos transferidos durante o período letivo.

Do Aproveitamento de Experiências Anteriores

Entende-se por aproveitamento de experiências anteriores o processo de reconhecimento de competências adquiridas pelo aluno, mediante um sistema avaliativo, com vistas à certificação desses conhecimentos desde que coincidam com as competências requeridas nos componentes curriculares integrantes do referido curso.

Poderão ser aproveitadas experiências adquiridas:

- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (antigos cursos básicos); ou;
- Em atividades desenvolvidas no trabalho e/ou alguma modalidade de atividades não- formais.

O tempo decorrido da obtenção de experiências anteriores não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento solicitado no IFAP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amaparí

O aluno matriculado solicitará à Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) tendo como base o aproveitamento de experiências anteriores, de acordo com o que estabelece o artigo 46 da Resolução CNE/CP nº 01/2021, e a Resolução nº 015/CONSUP/IFAP, em seus artigos 33, 34 e 35 que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

A solicitação do aluno deverá ser acompanhada de justificativa e/ou de documento(s) comprobatório(s) de experiência(s) anterior(es).

A Coordenação de Registro Escolar encaminhará o processo à Coordenação de Curso que designará uma comissão composta pelos seguintes integrantes: coordenador do curso, como presidente da comissão; um técnico da área pedagógica e no mínimo dois professores abrangendo as áreas de conhecimento do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) que o aluno solicita dispensa. Esta comissão realizará a avaliação das competências requeridas, apresentando posteriormente relatório contendo os resultados obtidos, bem como os critérios e os instrumentos adotados para a avaliação, devendo tal relatório constar do dossiê do aluno.

Para que o estudante tenha dispensa do(s) componente(s) curricular(es), ou módulo(s), deverá obter nota igual ou superior a 6,0 (seis.) em cada componente avaliado.

8 CRITÉRIOS E APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO

De acordo com a Seção II, Artigo 17º da Resolução nº 53/2019/CONSUP/IFAP que trata da Sistemática de Avaliação do Subsequente EaD no âmbito do Ifap. A avaliação acontecerá em cada período, sendo resultante de diversos instrumentos que permitam o diagnóstico e a verificação do rendimento escolar e deverão estar previstos no Plano Individual de Trabalho (PIT) de cada componente curricular, definida no planejamento em cada polo.

§1º Cabe ao professor adotar uma diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação, tais como: atividades teóricas práticas individual ou em grupo, trabalhos de pesquisa, estudos de caso, júri simulado, projetos, situações-problemas, fóruns, chats, videoconferência, atividades dirigidas, wiki, elaboração de portfólios, relatórios, provas escritas e/ou oral e/ou prática, entre outros.

§2º Cada componente curricular terá 2 (dois) momentos avaliativos: 1 (um) presencial e outro EaD, sendo: uma única Etapa avaliativa, onde cada momento avaliativo valerá de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

§3º O momento presencial será realizado através de avaliação aplicada individualmente ou em grupo, escrita e/ou oral e/ou prática, conforme a especificidade do componente curricular.

§4º O momento EaD será a somatória das notas das atividades avaliativas realizadas à distância através da plataforma online, que serão postadas pelo professor mediador (tutor) responsável pelo componente curricular.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Na formação de nota quantitativa referente ao momento EaD, deverão ser adotados, no mínimo, dois Instrumentos avaliativos diferenciados, (fóruns, chats, videoconferência, questionário, atividades dirigidas, wiki e etc.). O momento presencial será constituído de um único instrumento avaliativo que pode ser: (Atividades, projetos, pesquisas, relatórios, seminários, provas e práticas de laboratório).

Art. 18º Para a composição da nota do Componente Curricular na etapa avaliativa, será calculada da média aritmética da quantidade de Instrumentos Avaliativos e constará da seguinte fórmula:

$$MC = \frac{(MEaD + MP)}{2}$$

Sendo:

MC = Média do Componente Curricular

MEaD = Instrumento avaliativo em EaD

MP = Instrumento avaliativo Presencial

Conforme o artigo 19º, o estudante que deixar de comparecer ao momento presencial, por motivo relevante e justificável (devidamente comprovado) terá direito a uma segunda oportunidade, desde que requeira à Seção de Gerenciamento de Registro Escolar e Acadêmico ou via Sistema disponível, o qual encaminhará à coordenação de curso para análise e parecer.

Art. 20º Será considerado aprovado o aluno que, ao final da Etapa atenda todos os critérios abaixo:

§1º Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada componente curricular do SEMESTRE.

§2º Obter média aritmética igual ou superior a 60 (sessenta) de acordo com a seguinte fórmula do art. 18º.

§3º Caso ainda haja deficiências na aprendizagem, após a computação dos resultados do rendimento do aluno, o professor deve procurar fazê-lo avançar em direção às competências e habilidades estabelecidas, através de estudos de recuperação final

8.1. RECUPERAÇÃO FINAL

De acordo com o artigo 21º, a recuperação final será oferecida quando computados os resultados dos momentos avaliativos, através da média aritmética, para os alunos que não atingirem o mínimo de 60 (sessenta) pontos na média curricular (MC) do componente.

§1º No período de Recuperação Final, serão ministradas 04 (quatro) aulas, sendo 02 (duas) referentes a revisão de conteúdos que os alunos apresentaram dificuldades de aprendizagem durante a etapa avaliativa, e 02(duas) aulas para aplicação do instrumento avaliativo final presencial, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

fim de que estes alcancem conhecimentos e obtenham aprovação com êxito.

§2º A recuperação final será computada como instrumento avaliativo expresso por uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

§3º Será considerado aprovado, após a recuperação final, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 60 (sessenta), calculada através da seguinte equação:

$$MFC = \frac{(MC + NRF)}{2}$$

Sendo:

MFC = Média Final do Componente Curricular

MC = Média do Componente Curricular

NRF= Nota da Recuperação Final

§4º Após a recuperação, o estudante que não alcançar a média 60 (sessenta), prosseguirá para o período seguinte, podendo cursar concomitantemente, esse(s) componentes(s) objeto(s) de reprovação aliada às condições e ofertas da Instituição.

§5º Os componentes objetos de reprovação no semestre serão ofertados, tendo em vista a oferta do curso pela instituição e existência de vagas.”

9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A estrutura física proposta para o curso será montada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá na execução do curso, no decorrer do 1º período.

Estrutura Didático Pedagógica

- **Salas de Aula:** Com 40 (quarenta) carteiras, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.

- **Laboratório de Informática:** Com 30 (trinta) computadores, projetor multimídia, tela para projeção, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones. Para além dos itens citados, serão instalados ainda no 1º semestre de funcionamento do curso, sistemas de informação geográficas e de desenho técnico necessários ao curso.

- **Biblioteca:** Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico. Quanto ao acervo da biblioteca, será atualizado com no mínimo cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.

A Biblioteca contará com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propiciará a reserva de exemplares. O acervo será dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Oferecerá ainda serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas à bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Laboratório

A estrutura física necessária para o curso supracitado será descrita a seguir.

Tabela 3 – Laboratório de Informática

Item	Equipamentos	Quant.
1	Computador que atenda os requisitos recomendados para executar os seguintes softwares: Sistemas operacionais Windows e Linux; Pacote de escritório (Office, LibreOffice e similares); Ferramentas e Interfaces de desenvolvimento; Aplicativos de editoração gráfica.	30
2	Dispositivo de ininterruptão elétrica (No-break)	Proporcional ao item 1
3	Data show	1
4	Cadeira com almofada e rodízios	30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Os docentes que atuarão na referida unidade de ensino, são especialistas e mestres e doutores e pertencem ao quadro servidores do IFAP, lotados no Centro de Referência Pedra Branca do Amapari, conforme se demonstra no quadro a seguir:

Tabela 2 - Distribuição da matriz curricular conforme professor habilitado e lotado no Centro de Referência Pedra Branca do Amapari:

	COMPONENTE CURRICULAR	C. H. PRE-SENCIAL 60 min	C. H. DISTÂNCIA A 60 min	C. H. TOTAL 60 min	PROFESSOR (A)
MÓDULO I	Informática com Ambientação em EAD	12	48	60	Professor em cooperação técnica
	Português Instrumental	12	48	60	José Renato Batista
	Estatística Ambiental	16	64	80	Ageane Aranha
	Educação Ambiental	12	48	60	Jacklinne Matta
	Introdução ao Estudo do Meio Ambiente	12	48	60	Jack Jacklinne Matta
	Ecologia dos Ecossistemas	12	48	60	Orian Vasconcelos
	Metodologia do Trabalho Científico	12	48	60	Brenno Marlon
MÓDULO II	Direito Ambiental	12	48	60	Brenno Marlon
	Ecoturismo	12	48	60	Jacklinne Matta
	Unidades de conservação	12	48	60	Orian Vasconcelos
	Planejamento Ambiental Urbano	16	64	80	Jacklinne Matta
	Ética e Responsabilidade Socioambiental	12	48	60	Orian Vasconcelos
	Gestão de Resíduos Sólidos	12	48	60	Jacklinne Matta
MÓDULO III	Sistema de Gestão Ambiental	12	48	60	Orian Vasconcelos
	Recuperação de Áreas Degradadas	12	48	60	Jacklinne Matta
	Avaliação de Impacto Ambiental	12	48	60	Orian Vasconcelos
	Gestão de Recursos Hídricos	12	48	60	Jacklinne Matta
	Cooperativismo e associativismo	12	48	60	Sheila Maués
	Licenciamento Ambiental	12	48	60	Brenno Marlon



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

11 CERTIFICADOS OU DIPLOMA

O discente estará habilitado a receber o diploma de conclusão, desde que atenda as seguintes condições:

- Cursar os 03 (três) módulos com aprovação e frequência mínima nos componentes curriculares que compõem a matriz curricular seguindo as normas previstas na Instituição;
- Estar habilitado profissionalmente, após ter cursado carga horária total de 1.450 horas, necessárias para o desenvolvimento das Competências e Habilidades inerentes ao profissional;
- Concluir Prática Profissional de no mínimo 250 horas, por meio de projeto ou realizada em instituições públicas ou privadas, devidamente conveniadas com o IFAP e que apresentem condições de propiciar experiências práticas adequadas nas áreas de formação profissional do aluno;
- Não estar inadimplente com os setores da unidade de ensino em que está matriculado, tais como: biblioteca e laboratórios, apresentando à coordenação de curso um nada consta;
- Não possuir pendências de documentação no registro escolar, apresentando à coordenação de curso um nada consta.

Desta forma, ao término do curso, com a devida integralização da carga horária total prevista, incluindo a conclusão da prática profissional, o aluno receberá o Diploma de **Técnico em Meio Ambiente**.



12 REFERÊNCIAS

ALMOULOUD, 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS. Edição 2012.

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Relatório Técnico como subsídio para a realização do 2º monitoramento da Gestão Ambiental do Órgão municipal de meio ambiente de Pedra Branca do Amapari.** Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Assessoria de Programa, Articulação e Municipalização (ASPAM/SEMA). – Macapá: SEMA, 2020.

ARAÚJO, Alberto Borges de. Educação tecnológica para a indústria brasileira. Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica. Ministério da Educação. Brasília, 2008.

BARBOSA, Anderson Luiz; MENDES, Leonardo de Souza. **Ambientes virtuais de aprendizagem.** In: CARLINI, Alda Luiza; TARCIA, Rita Maria Lino (Org.). **20% a distância e agora?** Orientações práticas para o uso de tecnologias de educação à distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010, p. 161-170.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. Diretrizes Curriculares do Ensino Médio- DCNEM.** Brasília, DF, 1998.

_____. **Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 22 de jun. 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 jun 2023.

_____. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta art. 80 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 22 jun 2023.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 16/99.**(Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico).

_____. **Resolução CNE/CP nº 01/2002.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31.

_____. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Decreto nº 9057, de 25 maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: per<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

_____. **Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004). Disponível em: < https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/legisla_tecnico_resol1_3fev_2005.pdf>. Acesso em: 09/08/2023.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004.** Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 09/08/2023.

_____. **Resolução 01/05.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004, de 03 de fevereiro de 2005. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol1_3fev_2005.p df](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol1_3fev_2005.pdf)>. Acesso em 22 de jun. 2023.

_____. **Lei nº 11.741/2008 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de julho de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm>. Acesso em: 09/08/2023.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>, Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Resolução Nº 54, de 21 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a Organização Didático- Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: < <https://www.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/itemlist/category/27-resolucoes>>. Acesso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

em: 09/08/2023.

_____. **Resolução CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, DE 6 de janeiro de 2021 Brasília/DF.

_____. **Resolução Nº 02, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <
http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_2_12.pdf>. Acesso em: 09/08/2023.

_____. **Resolução Nº 4, de 6 de junho de 2012.** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 09/08/2023.

_____. **Resolução nº 058/2014/CONSUP/IFAP, de 04 de dezembro de 2014.** Retificada em 28 de abril de 2015 (Aprova a realização de estágio através de projetos de pesquisa e/ ou extensão dos cursos técnicos integrados e subsequentes a partir de 2011, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá –IFAP), disponível <<http://ifap.edu.br>>. Acesso em 22. Jun. 2023.

_____. **Resolução Nº 07/2014/CONSUP/IFAP.** Aprova a Instrução Normativa nº 01/2014/CONSUP/IFAP para elaboração e atualização dos Planos de Cursos Presenciais e a Distância do IFAP. Disponível <<http://ifap.edu.br>>. Acesso em 22. Jun. 2023.

_____. **Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFAP de 20 de abril de 2015** Aprova a regulamentação de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Disponível <<http://ifap.edu.br>>. Acesso em 22. Jun. 2023.

_____. **Resolução nº 15/2014/CONSUP/IFAP.** Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP, 2014, disponível em <<http://www.ifap.edu.br>>. Acesso em 22. Jun. 2023.

BOFF, Leonardo. **A contribuição do Brasil.** In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo (organizadores). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS. Diretoria de Regulamentação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Disponível em <<http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=15>>. Acesso em 22 jun 2023.

CHAGAS, M. A. **A Consolidação da Fronteira da Preservação e as Cidades-Parques na Amazônia:** O Caso do Vale do Jari, no Amapá. VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015, Brasília. VII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2005.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

GUIA PRÁTICO PARA ENTENDER A NOVA LEI DE ESTÁGIO /CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA. 3 ed. atual. e rev. - São Paulo: CIEE, 2008. 45p.

GONÇALVES, P. S. **Diagnóstico geoambiental do município de Pedra Branca do Amapari, Amapá.** 2009. 115 p Dissertação (mestrado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Amapá,. Macapá, 2009. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgbio/files/2010/05/Paulo-C%C3%A9sar.pdf>. Acesso em:.05 maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/analise_resultados.pdf. Acesso em 22 de jun de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: 1990.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ - IEPA. Zoneamento Ecológico e Econômico da Área Sul do Estado do Amapá - Atlas: Projeto de Gestão Integrada-PGAI. 2 ed. Macapá: 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Amapá-IFAP. Macapá, 2019. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/component/k2/item/4450>. Acesso em:02 maio de 2023.

JUAREZ, R. W. B. **Mineração em Pedra Branca do Amapari (AP) e os aspectos do pós-fordismo na formação do espaço urbano.** 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/300>. Acesso em:.05 maio de 2023.

MATTAR, João. **Guia de Educação à Distância.** São Paulo: Cengage Learning, Portal Educação, 2011.

PARANÁ. IFPR. PROENS. **Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR.** Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 2011.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional.** Rio de Janeiro: Publit, 2012. 578 p.

TOSTES, J. A; FERREIRA, J. F. C. **Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Estado do Amapá.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 13, p. 198-232, 2017.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

APENDICES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

APÊNDICE I - Modelo de Diploma Frente



Modelo de Diploma Frente. O documento apresenta o brasão de armas do Brasil no topo central. Abaixo dele, o texto "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" e "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO" precede o nome do instituto: "INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ". À direita, há um selo circular azul. O título "Diploma" é escrito em uma fonte cursiva elegante. O corpo do texto descreve a atribuição do título de Técnico em uma disciplina específica, mencionando a data de 27 de fevereiro de 2013. O nome do diplomado, João Teixeira da Silva, é destacado em negrito. Segue-se a nacionalidade, data de nascimento, RG e CPF. A data de emissão do diploma, 24 de junho de 2013, é indicada no canto inferior direito. Na base, há três linhas para assinaturas: a do Diretor Geral do Câmpus Macapá, a do próprio diplomado e a do Reitor.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

Diploma

O Diretor Geral do Câmpus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, no uso de suas atribuições e considerando a conclusão do **Curso Técnico de Nível Médio em xxxxxxxx**, na forma **xxxxxxx** eixo tecnológico **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, em 27 de fevereiro de 2013, confere o título de Técnico em **xxxxxxx** a

João Teixeira da Silva

Nacionalidade brasileiro, naturalidade amapaense – AP, nascido em 5 de dezembro de 2013, RG 000000000 POLITEC-AP, CPF 000000000 e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Macapá, 24 de junho de 2013

Diretor Geral - Câmpus Macapá
Portaria nº XXX

Diplomado

Reitor
Portaria nº XXX

Obs: Imagem meramente ilustrativa, na versão impressa o nome do Campus será ajustado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

VERSO

Curso _____, aprovado pela Resolução nº _____, de ____/____/____ Ifap. Código autenticador no Sístec nº _____.
Carga horária total do curso: xxxx horas
Diploma expedido pelo (nome do setor), do Câmpus _____, data ____/____/____.
_____ Assinatura

Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei nº 9.394 de 20/12/1996, art. 48, §1º, Lei nº 11.892, de 29/12/2008, art. 2º, §3º, sob o nº _____, Livro nº _____, às folhas nº _____, conforme processo nº _____.
Data ____/____/____
_____ Assinatura do responsável (nome, cargo, e Portaria)

Fonte: Coordenação de Registro Escolar - IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

APÊNDICE II - Modelo Histórico Escolar

GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI COORDENAÇÃO DE REGISTRO ESCOLAR INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP HISTÓRICO ESCOLAR							
DADOS DO INSTITUTO							
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO DUTRA, S/N - BAIRRO CENTRAL. CEP: 68.945-000, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari							
ATO DE CRIAÇÃO: PORTARIA Nº 1.366/2010 – MEC				CÓDIGO INEP: 16007310			
DADOS DO ALUNO							
NOME:				DATA DE NASCIMENTO:			
NACIONALIDADE: BRASILEIRA				NATURALIDADE:			
RG Nº				ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF:		DATA DE EXPEDIÇÃO:	
PAI:				MÃE:			
CURSO: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM XXXXXXXX							
AUTORIZAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº XX/XXXX/CONSUP/IFAP							
FORMA: SUBSEQUENTE		MODALIDADE: EaD		REGIME: MODULAR		PERIODICIDADE: SEMESTRAL	
ANO DE INGRESSO:				ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO: ***			
DATA DA COLAÇÃO DE GRAU: ***							
I SEMESTRE							
COMPONENTE CURRICULAR	C.H. PRESENCIAL	C.H. DISTÂNCIA	C.H. TOTAL	NOTA	FRQ.%	PERÍODO	SITUAÇÃO
CARGA HORÁRIA TOTAL							
II SEMESTRE							
CARGA HORÁRIA TOTAL							
III SEMESTRE							
CARGA HORÁRIA TOTAL							
TOTAL DE HORAS / AULAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL							
PRÁTICA PROFISSIONAL: (ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES)							
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO							

LEGENDA: AP=APROVADO RN=REPROVADO POR NOTA RF=REPROVADO POR FALTA RNF=REPROVADO POR NOTA E FALTA CR=CREDITADO
NOTA MÍNIMA PARA APROVAÇÃO EM CADA COMPONENTE CURRICULAR: 6 (SEIS)
NÚMERO DE SEMESTRES: 3 (TRÊS)
HORA/AULA: 60 min

CARGA HORÁRIA MÍNIMA EXIGIDA:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CARGA HORÁRIA OBTIDA:

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, de de

COORDENADOR DO REGISTRO ESCOLAR
PROTARIA Nº

DIRETOR DE ENSINO
PROTARIA Nº

Fonte: Coordenação de Registro Escolar - IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

APÊNDICE III - Formulário para Averbação de Certificados

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CONTROLE AMBIENTAL			
CERTIFICADOS APRESENTADOS			
DOCUMENTOS	C.H.	PERÍODO DO CURSO	CATEGORIA
TOTAL			

Coordenador de Curso

Recibo da Secretaria

____/____/____

Recibo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

APÊNDICE IV – Carta de Apresentação de Estagiário

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos, o (a) aluno (a) _____, regularmente matriculado (a) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, curso _____, na forma _____, período _____, para solicitar vaga de estágio não-obrigatório, com carga horária total de _____ horas.

Caso o(a) referido(a) aluno(a) seja aprovado (a) por essa instituição, solicitamos a gentileza de nos encaminhar a Carta de Aprovação de Estágio, em anexo, devidamente preenchida, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua expedição para os trâmites legais.

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari-AP, ____ de ____ de ____

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXX

Coordenador(a) de Estágio e Egressos

Portaria nº xxxx

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

APÊNDICE V – Plano de Atividades do Estagiário

PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO

AMPARO LEGAL: LEI 11.788/2008 – ART 7º – PARÁGRAFO ÚNICO

DADOS DO ESTAGIÁRIO

NOME: _____ MATRÍCULA: _____

CURSO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a): _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

DADOS DA CONCEDENTE

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____

ENDEREÇO: _____, nº _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

SUPERVISOR (a) DO ESTÁGIO: _____ FORMAÇÃO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

ESTÁGIO

NÍVEL DE ENSINO/MODALIDADE: _____ SÉRIE: _____

TURMA: _____ TURNO: _____ C.H.: _____

COMPONENTE CURRICULAR: _____

OBJETIVOS:

ATIVIDADES:

Este PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO pode ser alterado mediante TERMO ADITIVO.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 vias de igual teor e forma.

Estagiário (a)

Professor (a) Orientador (a)

Supervisor (a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP
APÊNDICE VI – Ficha de Avaliação do Estagiário

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO - Professor (a) Orientador (a)

DADOS DO ESTAGIÁRIO

NOME: _____ MATRÍCULA: _____
CURSO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____
PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a): _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

DADOS DA CONCEDENTE

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____
ENDEREÇO: _____, nº _____ BAIRRO: _____
CEP: _____ E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____
SUPERVISOR (a) DO ESTÁGIO: _____ FORMAÇÃO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	PONTUAÇÃO (Máximo: 2,0 para cada critério avaliativo)
Assiduidade, pontualidade e responsabilidade em todos os encontros com o grupo.	
Aplicação dos conhecimentos teóricos na prática.	
Criatividade e criticidade no planejamento das ações.	
Predisposição para realização das tarefas no grupo.	
Contribui para clima agradável e harmonioso no grupo.	
TOTAL	

A presente ficha tem o objetivo de registrar a avaliação do estagiário, referente à etapa avaliativa e deverá ser preenchida pelo professor da escola campo. Valor máximo: 10,0 (dez) pontos.

COMENTÁRIOS: _____

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari-AP, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador(a)

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

APÊNDICE VII – Termo de Realização de Estágio

TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008

Termo emitido em cumprimento à exigência do inciso V do art. 9º da Lei 11.788/2008

DADOS DO ESTAGIÁRIO

NOME: _____

MATRÍCULA: _____

CURSO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a): _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

DADOS DA CONCEDENTE

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____

ENDEREÇO: _____, nº _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

SUPERVISOR (a) DO ESTÁGIO: _____ FORMAÇÃO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

Atividade realizadas pelo Estagiário (a): _____

Avaliação de Desempenho do (a) Estagiário (a):

Período de estágio: ____/____/____ a ____/____/____

Carga Horária Semanal: _____

Carga Horária Total: _____

Declaro para os devidos fins que se fizeram necessários junto ao **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari**, que o (a) aluno (a) acima indicado (a), realizou seu estágio sob minha responsabilidade.

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari- AP, ____ de _____ de 20__

Assinatura e Carimbo do Supervisor (a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP

APÊNDICE VIII – Declaração de Validação de Relatório de Estágio

Declaração de Validação de Relatório de Estágio

Eu, Professor (a) Orientador (a) _____, do
colegiado de _____, avaliei o Relatório Final de Estágio
Supervisionado Não-Obrigatório, realizado na instituição concedente,
_____, no período de _____ a _____,
do (a) aluno (a) _____, vinculado ao
curso _____, forma _____, turma _____ e turno
_____ e declaro para os devidos fins, que o presente documento, está dentro das
normas previstas no Plano Pedagógico do Curso, quanto a área de atuação e perfil.

Sem mais nada a declarar, dato e assino.

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari – AP, ____ de _____ de
_____.

Nome do Professor (a) Orientador (a)

SIAPE: _____

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP

Documento Digitalizado Público

REFORMULAÇÃO PPC MEIO AMBIENTE PBA

Assunto: REFORMULAÇÃO PPC MEIO AMBIENTE PBA
Assinado por: Marlete Costa
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Marlete Pinheiro da Costa, DEPARTAMENTO DE ENSINO-PTG - CD0004 - DEN-PTG**, em 09/08/2023 17:13:34.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/08/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 74729

Código de Autenticação: 80d4b0d4ad

